



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- c) do valor (fixo) referente ao **GRUPO D – INSUMOS, DESPESAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DE CONVENÇÃO COLETIVA**;
- d) dos valores referentes ao **GRUPO F – CONTA VINCULADA [(SUBGRUPO A.1+ADICIONAIS) X GRUPO G]**.
- e) Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

7.3.2. Documentos Necessários:

- a) Folhas de pagamento, analítica e sintética (impressa e eletrônica - que deverão estar também em formato ou extensões XLS, XLSX, TXT ou CSV), dos profissionais alocados no mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o **TRIBUNAL**, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;
- b) Comprovante de depósito bancário;
- c) Relação das ocorrências do mês, como: data de início ou término do contrato de trabalho, férias, afastamentos por motivo legal, contendo o nome completo dos profissionais dos substitutos e substituídos, data de início e término da substituição, ocupação e relação dos profissionais que recebem benefícios do INSS, faltas e repouso semanal remunerado, com respectivos valores, contendo nome, matrícula, salário-base;
- d) Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP (impressa e eletrônica), do mês de competência da prestação de serviços, com as informações relativas aos empregados alocados na contratação;
- e) Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-lanche de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante de fornecimento dos vales-lanche, separado por localidade da prestação de serviços;
- f) Relação emitida pela empresa fornecedora dos vales-transporte de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante do depósito efetuado diretamente na conta bancária do profissional nos locais que não exista bilhetagem eletrônica ou outro meio documental hábil previamente aprovado pelo **TRIBUNAL**.

7.4. HORAS EXTRAS AUTORIZADAS:

7.4.1. Valor: Corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho – CCT, pela quantidade de horas realizadas. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS** (Horas Extras x Grupo B – Encargos Sociais Básicos), acrescido o percentual referente ao **GRUPO F – CONTA VINCULADA** (Horas Extras x Grupo G – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

7.4.2. Documentos Necessários:

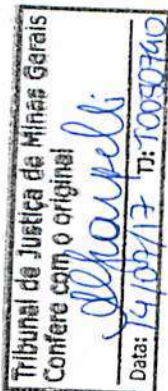
- a) Espelho de ponto devidamente assinado pelo empregado e resumo da apuração das horas extras realizadas;
- b) Comprovante de depósito bancário.

7.5. ADICIONAL INSALUBRIDADE:

7.5.1. Valor: corresponderá ao grau atestado pela Contratada mediante perícia, realizada pelo profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego aplicado sobre o salário mínimo. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, acrescido o percentual referente ao **GRUPO G – CONTA VINCULADA** (Adicional Insalubridade x Grupo G – Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO H – TRIBUTOS**.

7.5.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósito bancário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

7.6. ADICIONAL PERICULOSIDADE:

7.6.1. Valor: corresponderá ao grau atestado pela Contratada mediante perícia, realizada pelo profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho e Emprego aplicado sobre o vencimento da ocupação considera periculosa. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, acrescido o percentual referente ao **GRUPO G - CONTA VINCULADA** (Adicional Periculosidade x Grupo G - Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO H - TRIBUTOS**.

7.6.2. Documentos Necessários:

- a) Comprovante de depósito bancário.

7.7. ADICIONAL NOTURNO:

7.7.1. Valor: corresponderá ao reembolso do valor da hora normal de trabalho do empregado, multiplicado pelo percentual previsto nas Convenções Coletivas de Trabalho - CCT, pela quantidade de horas praticadas. Sobre o resultado será acrescido o percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, acrescido o percentual referente ao **GRUPO F - CONTA VINCULADA** (Adicional Noturno x Grupo F - Conta Vinculada). Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G - TRIBUTOS**.

7.7.1. Documentos Necessários:

- a) Folhas de pagamento, analítica e sintética (impressa e eletrônica - que deverão estar também em formato ou extensões XLS, XLSX, TXT OU CSV)), dos profissionais que realizaram serviço noturno, alocados nesta contratação, do mês de competência da prestação dos serviços faturados, específicas para o TRIBUNAL, na forma prevista no art. 225, inciso I, do Decreto Federal nº. 3.048, de 06 de maio de 1999;
- b) Comprovante de depósito bancário.

7.8. REEMBOLSO DE DESPESA DE VIAGEM:

7.8.1. Valor: corresponderá ao pagamento das despesas reembolsáveis, aprovadas na prestação de contas, respeitado o valor diário máximo estipulado na Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G - TRIBUTOS**.

7.8.2. Documentos Necessários:

- a) Formulários "Autorização de Viagem" e "Relatório de Viagem/Prestação de Contas", devidamente preenchidos, assinados e aprovados.

7.9. INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS BÁSICOS (GRUPO B.1) SOBRE FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS

7.9.1. Valor: corresponderá ao percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**, sobre o valor liberado da Conta Vinculada mais os percentuais previstos no **GRUPO G - TRIBUTOS**.

7.9.1.1. O disposto acima não se aplica às Férias de caráter indenizatório.

7.9.1. Documentos Necessários:

- a) Folha analítica contendo a rubrica "Férias e Abono Constitucional";
- b) Comprovante de depósito bancário;
- c) Recibo de Férias.

7.10. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL / INDENIZAÇÃO POR RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA (Multa FGTS)

7.10.1. Valor: corresponderá ao reembolso de 50% (cinquenta por cento) dos depósitos relativos ao FGTS (sendo 10% - Contribuição Social e 40% - Indenização por Rescisão sem Justa Causa (Multa FGTS)), efetuados durante a vigência do Contrato, considerando como depósito inicial o referente ao mês de competência da assinatura do Contrato, em consonância com a data de admissão do profissional alocado na prestação dos serviços ora contratado. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G - TRIBUTOS**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

7.10.2. Documentos Necessários:

- a) Extrato do FGTS para fins rescisórios;
- b) Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento FGTS Rescisório;
- c) Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS – GRRF;
- d) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT (original, cópia autenticada ou cópia não autenticada, desde que acompanhada de originais para conferência no local do recebimento, nos termos do Anexo IV da IN.02/08 da SLTI – alterada pela IN.06/13 – SLTI), devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acaso devidas;
- e) Documento comprovando a concessão de aviso prévio pela **CONTRATADA**, ou pelo empregado alocado;
- f) Atestado de saúde ocupacional – ASO.

7.11. VERBAS RESCISÓRIAS:

7.11.1. Valor: O reembolso de verbas rescisórias compreenderá as seguintes rubricas com as obrigações abaixo:

- a) **AVISO PRÉVIO INDENIZADO E REFLEXOS:** constante do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT, acrescido do percentual de incidência do FGTS. Sobre o somatório incidirão os percentuais previstos no **GRUPO G – TRIBUTOS**.

7.11.1. Documentos Necessários:

- a) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT (original, cópia autenticada ou cópia não autenticada, desde que acompanhada dos originais para conferência no local do recebimento, nos termos do Anexo IV da IN.02/08 da SLTI – alterada pela IN.06/13 – SLTI, devidamente homologado perante a autoridade competente, contendo os encargos e verbas rescisórias previstos na contratação e acaso devidas.

7.12. PROCEDIMENTOS PARA LIBERAÇÃO DE VALORES DA CONTA VINCULADA:

7.12.1. 13º SALÁRIO:

7.12.1.1. A liberação de valores referentes a essa rubrica corresponderá ao valor expresso na folha de pagamento, acrescido do percentual referente ao **GRUPO B - ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS**. A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento dos empregados em duas parcelas, sendo a primeira parcela paga em julho proporcional ao período trabalhado até o mês de junho e a segunda parcela em dezembro.

7.12.1.2. Documentos Necessários:

- a) Folha analítica contendo a rubrica “13º Salário”;
- b) Comprovante de Pagamento.

7.12.2. FÉRIAS E ABONO CONSTITUCIONAL

7.12.2.1. A liberação de valores referentes a essa rubrica, corresponderá ao valor expresso na folha de pagamento.

7.12.2.2. Documentos Necessários:

- a) Folha analítica contendo a rubrica “Férias e Abono Constitucional”;
- b) Comprovante de Pagamento.

DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA: O processo de liquidação da despesa decorrerá da verificação da efetiva prestação dos serviços, tomada por prazo de execução, o que dará o direito a **CONTRATADA** de receber seu crédito, vedada qualquer antecipação de pagamentos ou inclusão de serviços não previstos.

8.1. Para liquidação e pagamento correspondente às despesas, a **CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura discriminada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria **CONTRATADA** obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, nas propostas e no próprio instrumento contratual, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz, devendo esta ainda ser acompanhada dos originais das certidões negativa de débito junto ao INSS e FGTS, a Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Municipais, Estaduais, Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal e a CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (válidas e regulares).

8.2.1. A nota fiscal/fatura será emitida pela **CONTRATADA** em inteira conformidade com as exigências contratuais e legais, especialmente as de natureza fiscal/tributária, acrescidas das seguintes informações:

- a) Indicação do objeto contratado;
- b) Indicação do número do Contrato;
- c) Indicação, clara e precisa, dos serviços prestados; e,
- d) Destaque, conforme regulação específica, da base de cálculo, alíquota e valor das retenções incidentes - ISSQN, INSS, IRRF e outros, se houver.

8.3. O **TRIBUNAL** reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento da prestação de serviços contínuos após comprovação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações, cláusulas e condições deste Contrato.

8.4. O ateste da fatura correspondente à prestação dos serviços caberá aos FISCAIS da contratação.

8.5. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pelo **TRIBUNAL**, através de sua Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN, em moeda nacional, por meio de ordem bancária, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de apresentação do documento fiscal hábil de cobrança à COSERG.

8.6. Quando da efetivação do pagamento da nota fiscal/fatura serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de qualquer esfera de governo (federal, estadual/distrital ou municipal), na forma e modo determinado pelo ordenamento jurídico aplicável.

8.7. No primeiro e último mês de vigência contratual, os valores a serem pagos pelo **TRIBUNAL** serão calculados “*pro rata die*”, pelo período da efetiva prestação dos serviços, considerando o mês comercial de 30 (trinta) dias para efetuar o cálculo.

8.8. O pagamento da nota fiscal/fatura somente será efetuado após a verificação da regularidade das Certidões indicadas no subitem 8.2 deste Contrato, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital da Licitação nº 132/2014.

8.9 Na hipótese de isenção de algum dos Encargos Sociais Básicos e/ou Tributos, a **CONTRATADA** deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do **GRUPO B e/ou G**.

8.9.1. No caso de isenção ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo até o término do contrato ou decisão terminativa.

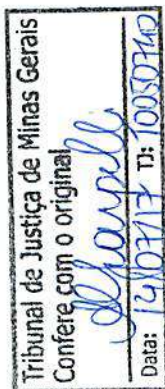
8.10. Do montante a pagar à **CONTRATADA**, poderá o **TRIBUNAL** deduzir:

- a) O valor proporcional aos dias não justificados pelos profissionais da **CONTRATADA**; e,
- b) Os valores correspondentes às multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, em conformidade com este Contrato.

8.11. O **TRIBUNAL** identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, mormente no que tange a valores dos serviços prestados, deverá devolvê-la à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações referentes aos motivos de sua rejeição, observado que o prazo estabelecido nesta cláusula passará a ser contado a partir da reapresentação da nota fiscal/fatura, devidamente corrigida.

8.12. A devolução de nota fiscal/fatura não aprovada pelo **TRIBUNAL**, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus profissionais ou fornecedores.

8.13. Caso a **CONTRATADA** não encaminhe a nota fiscal/fatura e demais documentos ao **TRIBUNAL** no prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.14. O pagamento correspondente à última nota fiscal/fatura somente será liberado após o cumprimento de todas as tarefas mensais, bem como a correção de todas as pendências apuradas.

8.15. O TRIBUNAL poderá sustar os pagamentos devidos à CONTRATADA, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa:

- a) A liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- b) A existência de débitos para com o TRIBUNAL, quando não coberto pela garantia contratual ou esta for insuficiente;
- c) A existência de débitos para com terceiros ou outras de responsabilidade da CONTRATADA, relacionados com os serviços contratados e que possam pôr em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais ao TRIBUNAL;
- d) Ao descumprimento de obrigação relacionada ao objeto deste Contrato, que possa ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária do TRIBUNAL;
- e) A não apresentação da garantia de execução, ou sua apresentação de forma irregular;

8.16. As ocorrências em espécie não constituem o TRIBUNAL em mora, não geram direito à alteração de preços, atualização monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços, reservando-se o TRIBUNAL ao direito de se utilizar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, para cobrir as pendências apuradas.

8.17. O pagamento efetuado pelo TRIBUNAL não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho na prestação do serviço e de quaisquer irregularidades detectadas durante a vigência contratual.

8.18. O TRIBUNAL poderá realizar glosa de valores de serviços não realizados, na própria fatura, oficiando a CONTRATADA sobre as razões que ensejaram o desconto.

8.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, "pro rata tempore", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365}$$

$$I = \frac{6/100}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

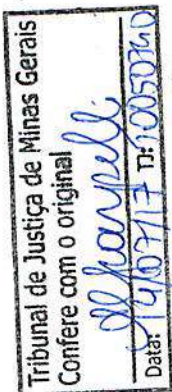
Em que:

i = taxa percentual anual no valor de 6%

8.19.1. A atualização financeira tratada neste item será incluída no faturamento seguinte ao da ocorrência e dependerá de solicitação da CONTRATADA.

8.20. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos neste contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao TRIBUNAL, nem poderá onerar o objeto contratado, razão porque as partes contratantes renunciaram expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva.

8.21. Na hipótese do TRIBUNAL arcar com o pagamento de alguma despesa advinda de conduta que esteja sob a responsabilidade da CONTRATADA, esta se obriga a promover o respectivo ressarcimento a preços atualizados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comprovação da responsabilidade.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

8.22. Caso a **CONTRATADA** não execute o ressarcimento dentro do prazo estipulado, o **TRIBUNAL** reserva-se ao direito de descontar o valor do pagamento dos créditos vincendos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

DA CONTA VINCULADA

CLÁUSULA NONA: Será observado o contingenciamento mensal de parcela do pagamento devido à **CONTRATADA**, em atendimento a Resolução nº. 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, com a redação dada pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013.

9.1. O montante mensal a ser contingenciado será obtido mediante a aplicação dos percentuais constantes no **ANEXO IV – PLANILHAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO** referentes aos provisionamentos das seguintes rubricas:

- a) 13º salário
- b) Incidência dos encargos sociais básicos sobre 13º salário;
- c) Férias e Abono Constitucional.

9.2. Os valores a serem contingenciados serão glosados do pagamento mensal à **CONTRATADA** e depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da **CONTRATADA** em banco público oficial.

9.3. Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro índice que venha a ser utilizado, desde que de maior rentabilidade.

9.4. A **CONTRATADA**, no prazo de vinte dias, contado a partir da data da assinatura do Contrato, deverá atender à solicitação de assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em banco público indicado pelo **TRIBUNAL**, nos termos estabelecidos no inciso II do art. 6º da Resolução CNJ nº. 169, de 31 de janeiro de 2013, com redação dada pela Resolução CNJ nº. 183/2013.

9.5. Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada deverão ser suportadas pela taxa de administração constante na proposta comercial da empresa.

9.6. O valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta-depósito vinculada será retido do pagamento do valor mensal devido à **CONTRATADA** e depositado na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

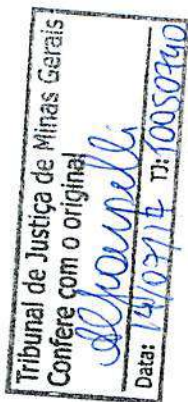
9.7. Para resgate dos recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a **CONTRATADA** deverá expedir solicitação formal à **COSERG**.

9.8. Para resgate dos recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a **CONTRATADA**, após pagamento da rubrica aprovacionada, deverá apresentar à **COSERG** os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado alocado no Contrato as rubricas correspondentes ao valor a ser resgatado.

9.9. A solicitação deverá ser acompanhada de planilha detalhando, para cada empregado, o cálculo do 13º salário, que resultará no valor a ser lançado em holerite, restringindo-se ao lapso de tempo em que o empregado estiver alocado na execução do Contrato, acompanhando a proporcionalidade dos provisionamentos havidos e culminando no valor total do resgate.

9.10. O responsável pela fiscalização do Contrato ratificará as informações que integrarem os cálculos e que influenciem nos valores a serem levantados da conta depósito vinculada, no que disser respeito à frequência do empregado no posto de trabalho, número de ausências, adicional noturno, se o período abrangido pelo cálculo é compatível com a alocação do empregado na Unidade, dentre outros, e enviará de imediato, por meio eletrônico, a planilha de cálculo atestada, a folha de pagamento e a solicitação formal da empresa para os setores competentes nos termos do art. 12 da Resolução CNJ nº 169/2013, com redação dada pela Resolução CNJ nº 183/2013.

9.11. No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a **CONTRATADA** solicitará o resgate do valor ao **TRIBUNAL**, observando os procedimentos descritos acima, devendo apresentar ao **TRIBUNAL**, no prazo de dez dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

conta depósito do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

9.12. A CONTRATADA poderá solicitar autorização do TRIBUNAL para movimentar os recursos da CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – bloqueada para movimentação – diretamente para a conta corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 9.1 desta Cláusula.

9.12.1. Na situação descrita acima, o TRIBUNAL solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

9.13. No encerramento do contrato, eventuais saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – do contrato findo serão transferidos para novo contrato quando a última CONTRATADA e a LICITANTE VENCEDORA forem a mesma empresa, ocorrendo aproveitamento total ou parcial da mão-de-obra pela LICITANTE VENCEDORA.

9.14. No encerramento do contrato, eventuais saldos referentes às obrigações trabalhistas da CONTRATADA não revertidos em favor de seus empregados, os mesmos deverão ser mantidos na CONTA-DEPÓSITO VINCULADA até a comprovação do efetivo pagamento desses empregados.

DO REAJUSTAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA: O restabelecimento da relação pactuada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, dar-se-á segundo os critérios abaixo especificados:

a) O valor referente à remuneração prevista dos profissionais alocados na prestação de serviço será reajustado quando ocorrer alteração dos salários das categorias, em decorrência de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho, desde que devidamente registrados e homologados pela DRT-MG, ou ato do Poder Público, ou, ainda, por autorização do TRIBUNAL, vedada a inclusão de antecipações e de benefícios não previstos originariamente, salvo interesse desta Administração. Isso se refletirá nos grupos onde estiver prevista a incidência do valor remuneratório. Estarão assegurados os reajustes decorrentes das Convenções Coletivas de Trabalho – CCT / 2013.

b) O valor dos benefícios vale lanche e despesas decorrentes de convenção coletiva (tais como: PAT, PAF, PQM, Seguro de Vida, Contribuição Assistencial Patronal etc) serão reajustados de acordo com a variação ocorrida quando da alteração em decorrência de convenção(ões) coletiva(s) de trabalho, desde que devidamente registrada(s) e homologada(s) pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT/MG, ou ato do Poder Público.

b.1) Os valores das rubricas acima mencionadas sofrerão alterações decorrentes de acréscimos ou decréscimos de serviços.

c) O valor (fixo) do vale-transporte será majorado no mesmo percentual do reajuste concedido quando da alteração do valor da passagem do transporte coletivo do Município onde o serviço é prestado, desde que o reajuste seja homologado pelos órgãos competentes.

c.1) O valor da rubrica acima mencionada sofrerá alteração decorrente de acréscimos ou decréscimos de serviços.

d) Os valores relativos aos uniformes somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data limite de apresentação da proposta, com aplicação máxima do índice acumulado do IPCA, mediante negociação entre as partes.

d.1) O valor da rubrica uniforme sofrerá alteração decorrente de acréscimos ou decréscimos de serviços.

e) Os valores relativos ao LDI - Lucro e Despesas Indiretas, somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data limite de apresentação da proposta, com aplicação máxima do índice acumulado do IPCA, mediante negociação entre as partes.

e.1) Ocorrendo a prorrogação do Contrato, os valores poderão ser reajustados somente após 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Termo Aditivo referente a tal prorrogação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

10.1. A proposta de reajuste dependerá de iniciativa da **CONTRATADA**, devendo ser apresentada ao **TRIBUNAL**, em até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato ensejador da variação dos componentes de custo desta contratação, sob pena de reconhecimento da preclusão lógica do direito ao reajuste.

10.2. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando, após a formalização do Contrato, tornarem-se obrigatórios, por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva, ou quando este **TRIBUNAL** assim autorizar.

10.3. A **CONTRATADA** deverá informar ao **TRIBUNAL** toda alteração de caráter obrigatório e superveniente, decorrente de acordos ou convenções coletivas de trabalho, durante a execução do objeto contratual.

DO PRAZO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O prazo de vigência deste contrato de prestação de serviços será de **12 (doze) meses**, contados a partir de **21.11.2014**, podendo este prazo ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

11.1. No caso de prorrogação do prazo contratual, o **TRIBUNAL** se reserva o direito de exigir, durante todo o período de prorrogação, o mesmo atendimento prestado no decorrer da vigência do termo inicial.

11.2. Caso a **CONTRATADA** não tenha interesse em renovar o contrato, deverá manifestar formalmente sua intenção ao **TRIBUNAL**, no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes da data prevista para o término da relação contratual.

DA GARANTIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A **CONTRATADA** deverá entregar na Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária, situada à Rua Guajajaras nº. 40, 17º andar em Belo Horizonte/MG, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Autorização de Início dos Serviços, comprovante de garantia na modalidade **SEGURO GARANTIA** no valor de R\$ 2.363.994,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e três mil, novecentos e noventa e quatro reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste ajuste, como forma de garantir a perfeita execução do seu objeto.

12.1. A vigência da garantia ofertada deverá abranger toda a vigência deste Contrato e seu valor corresponderá sempre a 5% (cinco por cento) do valor total contratual, ou seja, valor inicial mais os termos aditivos formalizados.

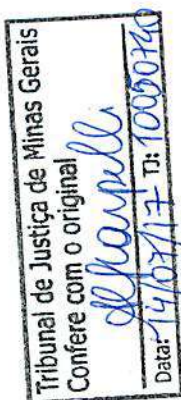
12.1.1. A vigência ofertada deverá ser de 15 (quinze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, sendo 12 (doze) meses relativos ao prazo de execução dos serviços, acrescido a esse período de execução de 03 (três) meses, ou seja, 90 (noventa) dias referentes à extensão do prazo de garantia contratual, para fins de verificação da conformidade de execução e cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, podendo este prazo ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

12.2. A prorrogação da vigência do Contrato, fundada no art. 57, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, obriga a Contratada a prorrogar a vigência da garantia inicialmente ofertada, para cada etapa do Contrato, ou prestar nova garantia, observando que:

a) O valor corresponderá ao período aditado.

b) A nova vigência deverá abranger todo o período acrescido, cabendo à **CONTRATADA** prestá-la ao **TRIBUNAL** no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do extrato do respectivo Termo Aditivo.

12.2.1. O **TRIBUNAL** reterá todos os créditos relativos à prestação dos serviços até que seja atendido o disposto no subitem anterior.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

12.3. A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do Contrato, ficando o TRIBUNAL autorizado a executá-la para cobrir as sanções previstas na **Cláusula Décima Sétima**.

12.3.1. Se o valor da garantia for utilizado para o fim do subitem anterior, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da notificação.

12.4. A execução da garantia em razão de multa sancionatória não inviabiliza a aplicação desta em valor superior ao da garantia prestada.

12.5. Havendo garantia, após a execução deste Contrato, competirá à **CONTRATADA** formular ao TRIBUNAL, por meio da DIRFIN/COFIS, o pedido de liberação ou restituição, desde que não haja no plano administrativo ou judicial qualquer pendência ou reclamação, hipótese em que ficará retida até solução final.

12.5.1. A devolução da garantia não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades civil e penal oriundas da execução do objeto contratual.

12.6. O TRIBUNAL, no decorrer da execução contratual, poderá autorizar a substituição da garantia inicialmente ofertada se, cumulativamente:

- a) a **CONTRATADA** comunicar ao TRIBUNAL previa e justificadamente essa intenção;
 - b) os **GESTORES** do Contrato declararem inexistir descumprimento de cláusula contratual de responsabilidade da **CONTRATADA**, bem como pendências relativas à execução do objeto ou que foi instaurado, ou em vias de instauração, qualquer procedimento administrativo visando à apuração de responsabilidade da **CONTRATADA**;
 - c) a substituição seja por modalidade estabelecida no §1º do art. 56 da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 12.6.1. A nova garantia prestada deverá preencher os requisitos do ato convocatório e deste Contrato.
- 12.6.2. No caso de Fiança e Seguro-Garantia deverá existir expressamente prevista a cobertura de eventual inadimplência ocorrida na vigência da garantia substituída, ainda que o fato venha a ser apurado posteriormente ou, ainda, a garantia substituta tenha vigência e igual à da substituída.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Este Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando a **CONTRATADA** obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários nos quantitativos do objeto deste Contrato, observados os limites dispostos no citado artigo.

DAS VEDAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: É vedado à **CONTRATADA** caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, bem como:

- 14.1. Interromper a execução dos serviços sob a alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei.
- 14.2. Subcontratar o todo ou parte do serviço, sem prévia e expressa autorização do TRIBUNAL, ensejando tal ato em sanções administrativas e rescisão previstas neste Contrato.
- 14.3. Contratar empregado que possua parentesco natural e civil, na linha reta e colateral, até o terceiro grau, inclusive, e o parentesco por afinidade, na linha reta ou colateral, alcançando ainda o parente colateral de terceiro grau, do cônjuge ou companheiro dos magistrados ou de servidores em exercício de cargos de direção ou de assessoramento da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais da Justiça de Primeira Instância, nos termos da Resolução CNJ nº 7, de 18 de outubro de 2005 e alterações posteriores;
- 14.4. Alocar trabalhador autônomo ou equiparado, para a prestação de serviços neste TRIBUNAL;
- 14.5. Ter entre seus empregados colocados a disposição do TRIBUNAL, para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 156, de 08 de agosto de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

14.6. Designar para função de confiança ou nomear para cargo em comissão, incluídos os de natureza especial, pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado ou proferida por órgão jurisdicional colegiado, nos seguintes casos:

I – atos de improbidade administrativa;

II – crimes:

- a) contra a administração pública;
- b) contra a incolumidade pública;
- c) contra a fé pública;
- d) hediondos;
- e) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- f) de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;
- g) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- h) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

14.6.1. A vedação descrita no subitem 14.6. abrange aqueles que tenham:

I – praticado atos causadores da perda do cargo ou emprego público;

II – sido excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória judicial ou administrativa do órgão profissional competente;

III – tido suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecurável do órgão competente.

DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, mediante fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, o TRIBUNAL se reserva o direito de rescindir o Contrato ou continuar sua execução com empresa resultante da alteração social.

15.1. Em caso de cisão, o TRIBUNAL poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgidas da cisão, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

15.1.1. Em qualquer dessas hipóteses, deverá ser formalmente comunicada a ocorrência ao TRIBUNAL, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

15.2. A não apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrerá implicará na aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido o Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas em lei nessa hipótese.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, bem como:

- a) Por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial.
- b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que seja conveniente para o TRIBUNAL.
- c) Por incapacidade, desaparecimento ou inidoneidade revelados pela CONTRATADA durante a prestação dos serviços.

16.1. No caso de rescisão unilateral, o TRIBUNAL não indenizará a CONTRATADA, salvo pelo serviço já prestado até o momento da rescisão.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente Contrato, execução insatisfatória do serviço, mora de execução, omissão e outras falhas, o TRIBUNAL poderá aplicar a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATADA, após regular processo administrativo, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas falhas técnicas corrigíveis;
- b) Multas, conforme abaixo:

b.1) até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor mensal do contrato, sobre ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:

ITEM	OCORRÊNCIA (INFRAÇÃO)
b.1.1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, aplicada por profissional e por ocorrência.
b.1.2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.3	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.4	Retirar das dependências do TRIBUNAL quaisquer equipamentos ou materiais previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.5	Deixar de registrar e controlar diariamente a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, aplicada por empregado e por dia.
b.1.6	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições, aplicada por empregado e por dia.
b.1.7	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada, aplicada por item e por dia.
b.1.8	Deixar de cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pelo TRIBUNAL, aplicada por empregado e por dia.
b.1.9	Deixar de cumprir determinação do TRIBUNAL para controle de acesso de seus funcionários, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.10	Deixar de entregar o uniforme aos funcionários a cada 6 (seis) meses, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.11	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local diverso da prestação dos serviços, aplicada por empregado e por dia.
b.1.12	Deixar de entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida no contrato, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.13	Deixar de entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais e relatórios solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida no contrato, aplicada por dia e por ocorrência.
b.1.14	Deixar de viabilizar a emissão de cartão cidadão expedido pela CEF e o acesso, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil para todos os empregados, aplicada por dia e por empregado.

b.2) até 1% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, sobre ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:

ITEM	OCORRÊNCIA (INFRAÇÃO)
b.2.1	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material, aplicada por dia e por ocorrência.
b.2.2	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes, aplicada por ocorrência.
b.2.3	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE, aplicada por dia e por ocorrência..
b.2.4	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO do TRIBUNAL, aplicada por dia e por ocorrência..



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

b.2.5	Deixar de efetuar a reposição de funcionários faltosos, aplicada por empregado e por ocorrência.
b.2.6	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, aplicada por documento e por dia.
b.2.7	Deixar de entregar, entregar com atraso ou entregar fora das especificações qualquer insumo, material e equipamento, aplicada por item e por dia.

b.3) até 5% (um por cento) sobre o valor mensal do contrato, sobre ocorrência notificada, nos casos de a CONTRATADA:

ITEM	OCORRÊNCIA (INFRAÇÃO)
b.3.1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais, por dia e por ocorrência.
b.3.2	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato, por dia e por ocorrência.
b.3.3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado, por dia e por ocorrência.
b.3.4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por pessoa e por ocorrência.
b.3.5	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-lanche, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas, por dia e por empregado.
b.3.6	Deixar de fornecer a seus empregados todos os equipamentos de proteção individual – EPI's e equipamentos de proteção coletiva – EPC's necessários à prestação de serviço a ser desempenhado, por equipamento e por empregado.

b.4) até 10% (dez) por cento sobre o valor do Contrato, em caso de recusa da CONTRATADA em efetuar o reforço da garantia, retardar a execução do Contrato, não cumprir ou cumprir parcialmente as obrigações decorrentes de Contrato celebrado ou incidir na prática dos itens I a XII do art. 78 da Lei 8.666/93, com possível rescisão contratual.

b.5) até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, em casos de fornecimento ou serviço não realizado, com atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas, com a possível rescisão contratual;

b.6) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo acarretar a rescisão unilateral da avença e demais cominações legais decorrentes da inexecução do ajuste.

c) Impedimento de contratar e licitar com a Administração Pública Estadual e descredenciamento no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de MG, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação, nos seguintes casos:

- c.1) apresentação de documentação falsa;
- c.2) retardamento da execução do objeto;
- c.3) falha na execução do contrato;
- c.4) fraude na execução do contrato;
- c.5) comportamento inidôneo;
- c.6) declaração falsa; e
- c.7) fraude fiscal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

d) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta, nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 13.994, de 18 de setembro de 2001 e demais disposições correlatas;

17.1. O retardamento da execução do objeto contratado estará configurado quando a **CONTRATADA**:

- deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do Contrato após 7 (sete) dias contados da data constante na ordem de início de execução dos serviços;
- deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

17.2. A falha na execução do Contrato estará configurada quando a **CONTRATADA** se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas nas tabelas dos subitens b.1 – b.2 e b.3 desta cláusula, respeitada a graduação de infrações, conforme tabela abaixo e alcançado o total de 20 (vinte) pontos cumulativamente:

Itens	Grau de infração	Pontos
b.1.1 a b.1.14	1	1
b.2.1 a b.2.7	2	3
b.3.1 a b.3.6	3	5

17.3. O comportamento de modo inidôneo estará configurado quando a **CONTRATADA** executar atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

17.4. Todas as ocorrências serão registradas em arquivos do **TRIBUNAL** e serão notificadas à **CONTRATADA**, por meio de ofício ou e-mail, com vistas as soluções das falhas apontadas, momento em que serão concedidos 03 (três) dias correção ou para a apresentação das devidas justificativas.

17.4.1. Cada falha apontada será considerada uma ocorrência por dia.

17.4.2. As falhas não corrigidas e nem justificadas dentro do prazo estipulado pela **FISCALIZAÇÃO** do **TRIBUNAL** ensejará a aplicação das multas, mediante a abertura do devido processo administrativo, garantido a ampla defesa e o contraditório, observada a graduação estabelecida no subitem 17.2.

17.5. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente entre si e com as demais sanções previstas neste contrato, observado o devido processo legal.

17.5.1. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido pela **CONTRATADA**, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração e, caso não seja suficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da comunicação oficial.

17.5.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

17.5.3. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa e os valores do pagamento forem insuficientes para sua complementação, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do **TRIBUNAL**, a partir do qual se observará o disposto na cláusula de garantia prevista em Contrato.

17.6. As multas aplicadas em razão de falha na execução do Contrato, previstas no subitem 17.2 desta cláusula, não excederão a 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, sob pena de possível rescisão do mesmo.

17.7. *Ad cautelam*, o **TRIBUNAL** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular processo administrativo.

17.8. Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Os referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais ou em versões



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

autenticadas por servidores da Administração, mediante prévio recolhimento das despesas, em casos de requisição de cópia, sob pena de, a critério do TRIBUNAL, não serem analisados.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A eficácia deste Contrato decorrerá da publicação de seu extrato no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ("Diário Judiciário Eletrônico").

DO FORO


CLÁUSULA DÉCIMA NONA: As partes elegem o Foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência do presente Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um mesmo efeito.

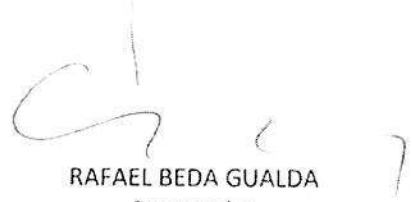
Belo Horizonte,

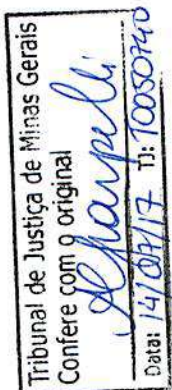
21 NOV 2014

PELO TRIBUNAL:


LÍLIAN MACIEL SANTOS
Juíza Auxiliar da Presidência

PELA CONTRATADA:


RAFAEL BEDA GUALDA
Procurador



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ANEXO I - CT. 407/2014

QUANTITATIVO DE PROFISSIONAIS

LOTE UNICO

QTDE	CARGO	CARGA HORARIA
2	Arquivista	220h
18	Articulador de Rede	150h
64	Ascensorista	150h
331	Assistente Administrativo	200h
27	Assistente de Direção Superior	200h
1	Assistente de Direção Superior - Estatístico	200h
10	Assistente Especializado em Suporte à Gestão de Contratos	200h
43	Assistente Executivo	200h
159	Auxiliar de Arquivo	220h
5	Auxiliar de Biblioteca	200h
5	Auxiliar de Conservação de Museu	220h
19	Auxiliar em Saúde Bucal	150h
6	Auxiliar de Enfermagem	150h
21	Digitador	150h
3	Encarregado de Serviços	220h
222	Mensageiro	200h
37	Recepcionista	200h
159	Secretária(a)	200h
10	Supervisor Administrativo 220h	220h
22	Supervisor Administrativo 200h	200h
18	Técnico de Suporte	200h
67	Telefonista	150h
TOTAL DE PROFISSIONAIS		1249

Tribunal de Justiça de Minas Gerais
Confere com o original

Data: 19/09/17 TJ: 10050940

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br
Andar: 6º

TERMO ADITIVO Nº 46º - CT. 407/2014

GECONT/CONTRAT

46º TERMO ADITIVO

ao contrato nº. 407/2014 (9049902), firmado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.**

Pelo presente instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, CNPJ nº. 21.154.554/0001-13, neste ato representado pela Juíza Auxiliar da Presidência, ROSIMERE DAS GRAÇAS DO COUTO, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria TJMG nº. 4.158/PR/2018, de 02 de julho de 2018, e a empresa **PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.**, CNPJ nº. 78.533.312/0001-58, representada por seu Procurador, Sr. RAFAEL BEDA GUALDA, CPF nº. 932.194.409-59, acordam em alterar as Cláusulas Sexta, Oitava, Décima e Décima Primeira, bem como os Anexos IV e V do Contrato firmado em 21.11.2014, que tem como objeto a prestação, de forma contínua, de serviços de apoio administrativo e suporte operacional, a serem executados nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, permanecendo inalteradas as demais disposições.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de vigência, previsto na Cláusula Décima Primeira do Contrato, fica prorrogado para o período de **21.11.2018 a 20.11.2019**.

CLÁUSULA SEGUNDA: Alteram-se, a partir de 13.09.2018, a Cláusula Sexta, bem como o Anexo IV (Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação) do Contrato, para refletir a substituição da CCT SINDEAC pelo Acordo Coletivo SINDEES, registrado no Ministério do Trabalho sob o nº. MG003348/2018, para as ocupações de Auxiliar de Enfermagem e Auxiliar de Saúde Bucal.

CLÁUSULA TERCEIRA: Alteram-se, a partir de 21.11.2018, a Cláusula Sexta, bem como os Anexos IV (Planilha Estimativa de Custos e Composição de Preços da Contratação) e V (Planilha Estimativa de Uniformes EPI'S e EPC's) do Contrato, para refletir a aplicação de reajuste aos valores de Uniformes/LDI, decorrente da variação do IPCA-IBGE, relativo ao período compreendido entre outubro/2017 a setembro/2018, no percentual de 4,52556%.

CLÁUSULA QUARTA: Alteram-se as Cláusulas Oitava e Décima do Contrato, que passam a vigorar conforme as disposições abaixo:

4.1. Altera-se a Cláusula Oitava do Contrato, para incluir o subitem 8.23, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA OITAVA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. a 8.22. (...)

8.23. Nenhum pagamento será efetuado estando pendente de liquidação qualquer obrigação da CONTRATADA, exceto a descrita no subitem 5.2.37 do Contrato, sem que isso implique alteração do preço proposto, correção monetária, compensação financeira ou interrupção na prestação dos serviços.

4.2. Altera-se a alínea e.1 para f da Cláusula Décima do Contrato, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO**a a e (...)**

f) Ocorrendo a prorrogação do Contrato, os valores poderão ser reajustados somente após 12 (doze) meses, contados a partir da vigência do Termo Aditivo referente a tal prorrogação.

10.1. a 10.3. (...)."

CLÁUSULA QUINTA: As despesas com a execução deste Termo Aditivo estão estimadas em **R\$ 74.918.119,74** (setenta e quatro milhões, novecentos e dezoito mil, cento e dezenove reais e setenta e quatro centavos), distribuídas da seguinte forma:

a) Redução de R\$ 3.404,22 (três mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e dois centavos), referentes à inclusão do Acordo Coletivo SINDEES em substituição à CCT SINDEAC, para o período de **13.09.2018 a 20.11.2018**.

b) R\$ 74.921.523,96 (setenta e quatro milhões, novecentos e vinte e um mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos), referentes à prorrogação do prazo de vigência, já incluído o reajustamento de Uniformes/LDI, para o período de **21.11.2018 a 20.11.2019**.

5.1. As despesas acima correrão à conta da Dotação Orçamentária nº. **4031.02.061.706.2050.3.3.90.37.02** ou de outra que vier a ser consignada para este fim.

5.2. Os valores acima estão representados nas **planilhas anexas** ao presente Termo, partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

E, por estarem de acordo, assinam os partícipes o presente instrumento eletronicamente, no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Belo Horizonte,

PELO TRIBUNAL:

ROSIMERE DAS GRAÇAS DO COUTO
Juíza Auxiliar da Presidência

PELA CONTRATADA:

RAFAEL BEDA GUALDA
Procurador

GESTOR: GESEG - CC



Documento assinado eletronicamente por **Rosimere das Graças do Couto, Juiz Auxiliar da Presidência**, em 23/10/2018, às 11:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL BEDA GUALDA**, **Usuário Externo**, em 23/10/2018, às 13:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **1284778** e o código CRC **6846C71D**.



Menu

[Pesquisa Avançada \(/compras-e-patrimonio/compras-e-contratos/comprasecontratos-pesquisa-avancada\)](/compras-e-patrimonio/compras-e-contratos/comprasecontratos-pesquisa-avancada)

Compartilhar

Grupo de Material/Serviço: ADMINISTRACAO GERAL

Elemento Item: LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	Natureza da Despesa: SERVICOS
Unidade Orçamentária: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Órgão Demandante: TRIBUNAL DA JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fornecedor: 78533312000158 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	Linha de Fornecimento: LOCACAO DE MAO DE OBRA PARA APOIO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVO
Data da Homologação: 23/12/2015	Cidade de Entrega: BELO HORIZONTE
Quantidade Homologada: 0,0000	Unidade de Medida: 1 UNIDADE
Valor de Referência Unitário: 53.211.834,60	Valor Total de Referência: 53.211.834,60
Valor de Homologado Unitário: 53.211.834,60	Valor Total de Homologado: 53.211.834,60
Nº do Contrato: 9049902 (https://www1.compras.mg.gov.br/contrato/gestaocontratos/arquivosContrato.html?idContrato=123675)	

Item de Material/Serviço: 4626 - SERVICOS DE APOIO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	Material/Serviço: SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
Classe de Material/Serviço: SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, CONSERVACAO E LIMPEZA DE BENS MOVEIS E IMOVEIS E INSTALACOES	Grupo de Material/Serviço: ADMINISTRACAO GERAL
Elemento Item: LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	Natureza da Despesa: SERVICOS
Unidade Orçamentária: FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Órgão Demandante: TRIBUNAL DA JUSTICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fornecedor: 78533312000158 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	Linha de Fornecimento: NÃO SE APLICA
Data da Homologação: 23/12/2015	Cidade de Entrega: BELO HORIZONTE
Quantidade Homologada: 0,0000	Unidade de Medida: 1 UNIDADE
Valor de Referência Unitário: 53.211.834,60	Valor Total de Referência: 0,00
Valor de Homologado Unitário: 0,00	Valor Total de Homologado: 0,00
Nº do Contrato: 9049902 (https://www1.compras.mg.gov.br/contrato/gestaocontratos/arquivosContrato.html?idContrato=123675)	

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 903	Valor: 4,450,000,00
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO
Data de Registro: 04/02/2016	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.37.02 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Reforço de Empenho		
Nº do Reforço	Data	Valor
1325	09/09/2016	100.000,00
1766	21/10/2016	4.400.000,00
1782	21/10/2016	200.000,00
1497	21/09/2016	4.500.000,00
240	08/04/2016	4.000.000,00
292	19/04/2016	200.000,00
295	19/04/2016	210.000,00
315	25/04/2016	100.000,00
129	16/03/2016	4.100.000,00
427	12/05/2016	4.500.000,00
2229	13/12/2016	5.229.999,00
2042	18/11/2016	4.413.173,50
2043	18/11/2016	1,00
863	08/07/2016	400.000,00
1083	04/08/2016	5.000.000,00
672	13/06/2016	120.000,00

Nota de Reforço de Empenho		
Nº do Reforço	Data	Valor
1002	19/07/2016	4,200,000,00
1005	19/07/2016	200,000,00
772	20/06/2016	4,400,000,00
Nota de Empenho		
Nº do Empenho: 11506	Valor: 4.800,000,00	
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO	
Data de Registro: 21/12/2016	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061,706,2091.1 3,3,90,37,02 0,77,1	
Histórico de Referência:		
Nota de Empenho		
Nº do Empenho: 1264	Valor: 4,800,000,00	
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO	
Data de Registro: 30/01/2017	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061,706,2050.1 3,3,90,37,02 0,77,1	
Histórico de Referência:		
Nota de Reforço de Empenho		
Nº do Reforço	Data	Valor
1718	03/10/2017	10,000,000,00
1123	06/07/2017	5,200,000,00
906	02/06/2017	5,400,000,00
518	19/04/2017	5,000,000,00
1673	21/09/2017	5,500,000,00
814	18/05/2017	5,200,000,00
425	11/04/2017	4,800,000,00
110	20/02/2017	5,100,000,00
1464	17/08/2017	4,764,857,07
1980	17/11/2017	1,000,000,00
Nota de Anulação de Empenho		
Nº da Anulação	Data	Valor
531	07/12/2017	-879,134,48
Nota de Empenho		
Nº do Empenho: 10783	Valor: 3.900,000,00	
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO	
Data de Registro: 26/10/2017	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061,706,2050.1 3,3,90,37,02 0,77,1	
Histórico de Referência:		
Nota de Reforço de Empenho		

Nº do Reforço	Data de Reforço de Empenho		Valor
2284	12/12/2017		100.000,00
Nº do Reforço	Data		Valor
2442	21/12/2017		50.000,00
2261	11/12/2017		1,900,000,00
Nota de Empenho			
Nº do Empenho: 8166		Valor: 3,234,35	
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA		Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL		Natureza de Despesa: 92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS		Tipo de Empenho: GLOBAL	
Data de Registro: 18/08/2017		Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050,1 3.3.90.92.02 0,77,1	
Histórico de Referência:			
Nota de Empenho			
Nº do Empenho: 9899		Valor: 44.600,84	
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA		Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL		Natureza de Despesa: 92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	
Fonte: 77 - RECEITAS DE FISCALIZACAO, TAXAS E CUSTAS JUDICIAIS		Tipo de Empenho: GLOBAL	
Data de Registro: 05/10/2017		Dotações Orçamentárias: 1030 02.061,706,2050,1 3,3,90,92,02 0,77,1	
Histórico de Referência:			
Nota de Empenho			
Nº do Empenho: 1990		Valor: 10.142.694,00	
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA		Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICIONAL		Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	
Fonte: 77 - TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS		Tipo de Empenho: ESTIMADO	
Data de Registro: 16/02/2018		Dotações Orçamentárias: 1030 02.061,706,2050,1 3,3,90,37,02 0,77,1	
Histórico de Referência:			
Nota de Reforço de Empenho			
Nº do Reforço	Data	Valor	
394	16/05/2018	5,500,000,00	
875	18/09/2018	5,400,000,00	
759	21/08/2018	5,500,000,00	
271	17/04/2018	5,100,000,00	
607	11/07/2018	5,700,000,00	
519	19/06/2018	5,700,000,00	
1106	13/11/2018	6,943,484,98	
152	15/03/2018	6,000,000,00	
984	22/10/2018	6,000,000,00	
Nota de Anulação de Empenho			
Nº da Anulação	Data	Valor	
146	24/04/2018	-2.100.000,00	
Nota de Empenho			
Nº do Empenho: 16465		Valor: 5,848,707,50	

Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICCIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
Fonte: 77 - TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO
Data de Registro: 20/11/2018	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.37.02 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Empenho

Nº do Empenho: 1122	Valor: 6.200,000,00
Credor: 78.533.312/0001-58 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI	Unidade Orçamentária: 4031 - FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Programa de Trabalho: 706 - PRESTACAO JURISDICCIONAL	Natureza de Despesa: 37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA
Fonte: 77 - TAXA DE FISCALIZACAO JUDICIARIA E TAXAS E MULTAS JUDICIAIS	Tipo de Empenho: ESTIMADO
Data de Registro: 01/02/2019	Dotações Orçamentárias: 1030 02.061.706.2050.1 3.3.90.37.02 0.77.1
Histórico de Referência:	

Nota de Reforço de Empenho		
Nº do Reforço	Data	Valor
878	13/09/2019	4.860.000,00
499	14/06/2019	12.000.000,00
92	15/03/2019	10.000.000,00
261	15/04/2019	5.000.000,00
362	14/05/2019	7.000.000,00
998	11/10/2019	300.000,00
963	07/10/2019	214.711,06
973	09/10/2019	10.900.682,00
1412	09/12/2019	8.224.606,94

[Início \(/\)](#)
[O que é o portal \(/o-que-e\)](#)
[Legislação \(/legislacao\)](#)
[Informações Gerais \(/informacoes-gerais\)](#)
[Glossário \(/glossario\)](#)
[Perguntas frequentes \(/perguntas-frequentes\)](#)
[Fale conosco \(/fale-conosco\)](#)

[Despesas \(/despesa-estado\)](#)
[Pessoal \(/estado-pessoal\)](#)
[Receita \(/estado-receita\)](#)
[Planejamento e resultados \(/planejamento-e-resultados\)](#)
[Informações socioeconômicas \(/informacoes-socioeconomicas\)](#)
[Convênios \(/convenios\)](#)
[Transferência de Impostos a Municípios \(/transferencia-de-impostos-a-municipios\)](#)
[Compras e patrimônio \(/compras-e-patrimonio\)](#)
[Contas do Governador \(/contas-do-governador\)](#)
[Cidadania Fiscal \(/cidadania-fiscal/sobre-](#)

[Acesso à informação \(http://www.acessoainformacao.mg.gov.br\)](#)
[Dados abertos \(/dados-abertos\)](#)
[Municípios \(https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/inicio\)](#)

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO - MG
Cidade Administrativa
Presidente Tancredo Neves
Edifício Gerais - 12º Andar
Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001
Bairro: Serra Verde - BH / MG
CEP: 31630-901
Telefone de contato: 31 3915 9622



(<https://www.facebook.com/cgeoficial>)



(https://twitter.com/cge_mg)

a-cidadania-fiscal)
Dívida pública (/divida-
publica)
TCE/Obras Públicas
(<http://geoobras.tce.mg.gov.br/cidadao/>)

Desenvolvido pela [prodemge.gov.br](http://www.prodemge.gov.br) (<http://www.prodemge.gov.br>)

Todos os direitos reservados - Aspectos legais e responsabilidades (/aspectos-legais-e-responsabilidades)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Certifica-se, a pedido da parte interessada, que a empresa **Plansul Planejamento e Consultoria Eireli**, situada à Rua Joaquim Costa, n.º 270, Bairro Agrônômica, CEP.: 88025-400, em Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob n.º: 78.533.312/0001-58, celebrou com o **Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, por intermédio da **Procuradoria-Geral de Justiça**, inscrita no CNPJ sob n.º 20.971.057/0001-45, localizada à Av. Álvares Cabral, 1690, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, o **Contrato n.º 025/2019 e seus Aditivos**, decorrente do Processo Licitatório SIAD n.º 1091040 013/2019, processo eletrônico SEI-MPMG n.º 19.16.0010.0003531/2019-55, cujo objeto é a prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos, conforme abaixo discriminado e planilha anexa (doc. 0749374):

CONTRATO 025/2019				
Item	Quant.	Descrição	Preço Mensal Estimado R\$	Preço Total Estimando R\$
01	1	Serviços de Apoio Administrativo	3.710.808,83	89.059.411,81
02	1	Serviços de Limpeza, Conservação e Manutenção Predial	848.080,96	20.353.943,02

Termos Aditivos	Objeto
1º -nº 061/2019	Acréscimo de 1,458% ao valor global inicial do Contrato.
2º- nº 120/2019	Repactuação de preços, pela necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do art. 40, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93-Acréscimo de 5,474% ao valor global inicial atualizado do Contrato.
3º -nº 177/2019	Repactuação de preços, da alteração das alíquotas de ISSQN de Alvinópolis e de Machado e do acréscimo de 1,849%.
4º -nº 006/2020	Acréscimo de 0,874% sobre o valor global inicial do contrato.
5º -nº 028/2020	Repactuação de preços, acréscimo de 0,993% e supressão de 0,088 ao valor global estimado do contrato.

6º-nº 054/2020	Repactuação de preços e do acréscimo de 1,319% e supressão de 0,083% e da exclusão da incidência da Contribuição Social representada pelo percentual de 10%
7º -nº 124/2020	Reequilíbrio econômico financeiro em função da alteração das alíquotas de ISSQN de Manhuaçu, Nova Ponte e Corinto; acréscimo de 1,427% sobre o valor global inicial atualizado do contrato; alteração na Planilha de Custos dos Produtos de Limpeza e Materiais de Higiene Pessoal e inclusão do Adicional de Sobreaviso e das Horas Extras Sobreaviso e da Suspensão Contratual.
8º -nº 160/2020	Repactuação de preços em virtude de Convenções Coletivas de Trabalho; reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato em virtude do reajuste dos valores correspondentes aos insumos e ao seguro de vida; acréscimo de 3,822% sobre o valor global inicial atualizado do Contrato; remanejamento de vaga; acréscimo de vagas em suspensão contratual; alteração na planilha de custos, em virtude do acréscimo no custo dos Produtos de Limpeza e Materiais de Higiene Pessoal e substituição de itens da planilha de custos.
9º -nº 171/2020	Acréscimo de 0,453% sobre o valor global inicial atualizado do Contrato e o remanejamento de vaga, com a consequente supressão de 0,007% do valor inicial atualizado do contrato.
10º - nº 185/2020	Acréscimo de 0,853% sobre o valor global inicial atualizado do Contrato e o remanejamento de vaga, com a consequente supressão de 0,007% do valor global inicial atualizado do Contrato.

Certificamos, ainda, as seguintes informações complementares:

1) Processo Licitatório SIAD n.º 1091040 013/2017 – Lote Único.

2) Vigência contratual: 01/05/2019 até 30/04/2021.

5) valor global estimado do Contrato: R\$ 120.827.490,99 (cento e vinte milhões, oitocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e noventa reais e noventa e nove centavos).

Conforme informações prestadas pela servidora Ana Regina Ribeiro, MAMP 6012, coordenadora da Divisão de Fiscalização Administrativa dos Contratos de Terceirização - DIFIT, no documento 0480895, e pela servidora Simone Kangussu Marinho Fonseca, Coordenadora da Divisão de Serviços - DISEV, no documento 0683071, em que pese a existência de processo administrativo anterior por pontos de descumprimento contratual, a empresa vem prestando os serviços, até a presente data, de forma satisfatória.

Certifica-se, após pesquisas junto aos arquivos desta Diretoria de Gestão de Contratos e Convênios, que foi instaurado contra a empresa o Processo Administrativo n.º 011/2019 (Processo SEI nº 19.16.3654.0005924/2019-94), em razão de descumprimentos contratuais, que culminou em decisão administrativa, já transitada em julgado, que aplicou as penalidades de advertência e multa moratória de R\$ 20.307,51 (vinte mil, trezentos e sete reais e cinquenta e um centavos).

Isso posto, considerando as informações supra, registra-se, com a ressalva da decisão sancionatória em processo administrativo, que as obrigações assumidas pela contratada vem sendo cumpridas de forma satisfatória, até a presente data, emitindo-se o presente atestado para os fins de direito.

Roberto Apolinário de Castro Júnior
Coordenador da Diretoria de Gestão de Contratos e Convênios



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO APOLINARIO DE CASTRO JUNIOR, COORDENADOR II**, em 12/01/2021, às 19:03, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **0749451** e o código CRC **07E781CE**.

CONTRATO N° 025/2019 (SEI 19.16.3720.0000931/2019-55)**CONTRATO SIAD N° 9215181**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FEPDC, E A EMPRESA PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI, NA FORMA AJUSTADA.

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da **Procuradoria-Geral de Justiça**, com sede na Av. Álvares Cabral, 1690, CEP 30.170-008, bairro Santo Agostinho, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n° 20.971.057/0001-45, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo em exercício e Presidente do Grupo Coordenador do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (FEPDC), **MARCOS TOFANI BAER BAHIA**.

CONTRATADA: PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n° 78.533.312/0001-58, com sede na Rua Joaquim Costa, n.º 270, Bairro Agrônômica, CEP.: 88025-400, em Florianópolis/SC, neste ato representada por **RAFAEL BEDA GUALDA**, CPF n° 932.194.409-59, RG n° 2878326 SSP/SC.

Celebram o presente Contrato, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, da Lei Federal n° 10.520/02, da Lei Estadual n° 14.167/02, regulamentada pelo Decreto Estadual n° 44.786/08, e também pelos Decretos Estaduais n° 45.902/12 e 47.524/18, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital do Processo Licitatório SIAD n° 1091040 13/2019, devidamente adjudicado, homologado e publicado, na forma da Lei, observados os Anexos I e II (Anexos II e VII do Edital) e respectivas atas de abertura e julgamento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O objeto deste Contrato é a prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos, conforme descrito nos Anexos I e II do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos Prazos e condições de execução do serviço

O serviço objeto deste Contrato deverá ser prestado em conformidade com todas as especificações previstas no Termo de Referência (Anexo II deste Contrato), inclusive quanto a eventual refazimento, no(s) prazo(s) máximo(s) definido(s) na proposta vencedora, contado(s) a partir da data do recebimento, pela Contratada, da respectiva Ordem de Serviço encaminhada pela Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Recebimento e Do Aceite

O recebimento e o aceite do objeto deste Contrato dar-se-ão da forma seguinte:

a) Provisoriamente, em até 2 (dois) dias úteis, após a conclusão de cada parcela do serviço, pela Diretoria de Terceirização, sem prejuízo da posterior verificação da perfeição e da conformidade do resultado do serviço prestado com as exigências deste Contrato, nos termos explicitados na alínea seguinte;

b) Definitivamente, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da última nota fiscal (ou documento equivalente), após o encerramento de todos os serviços, pelo responsável pela Diretoria de Terceirização, ou por servidor designado por este, com a conferência da perfeição e qualidade do resultado do serviço prestado, atestando sua conformidade e total adequação ao objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA – Das Obrigações da Contratante

São obrigações da Contratante, além de outras previstas neste Contrato:

- a) Efetuar o pagamento dos valores devidos, no prazo e condições pactuadas;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por intermédio do Coordenador da Diretoria de Terceirização (ou por servidor por este indicado) e dos fiscais indicados pela coordenação administrativa de cada unidade recebedora dos serviços, os quais deverão anotar todas as ocorrências relacionadas à referida execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos detectados, e comunicar, antes de expirada a vigência contratual, as irregularidades apuradas aos superiores e aos órgãos competentes, caso haja necessidade de imposição de sanções, ou as medidas corretivas a serem adotadas se situem fora do seu âmbito de competência;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, a respeito da supressão ou acréscimo contratuais mencionados neste Instrumento, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado;
- d) Decidir sobre eventuais alterações neste Contrato, nos limites permitidos por lei, para melhor adequação de seu objeto;
- e) Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas contratuais;
- f) Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Contratada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços os quais, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Contratante, não devem ser interrompidos;
- g) Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada aos setores onde serão prestados os serviços, desde que devidamente uniformizados e identificados com crachá, observados a jornada de trabalho e o horário de funcionamento da Contratante;
- h) Fornecer à Contratada as informações e os esclarecimentos necessários à fiel execução do objeto contratado;
- i) Requisitar, conferir e receber todos os materiais e produtos necessários à execução dos serviços;
- j) Comunicar à Contratada qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe prazo para correção;
- k) Fornecer crachás para acesso dos empregados às unidades administrativas de prestação dos serviços;
- l) Somente apresentar propostas de alteração de férias à Contratada em caso de necessidade premente da unidade recebedora dos serviços e desde que anteriores a 60 (sessenta) dias do início do período de gozo do empregado. Nesse caso, à unidade da Contratante interessada na alteração caberá a indicação do motivo do pedido, o qual será apreciado pelo Gestor contratual;
- m) Solicitar, quando necessária, a concessão de férias coletivas a algumas categorias de terceirizados, mediante comunicação à Contratada com no mínimo 90 (noventa) dias de antecedência do início do período pretendido;
- n) Encaminhar à Contratada, com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência, a programação de viagem dos empregados escalados, ressalvadas as situações emergenciais;
- o) Devolver à Contratada os expedientes preparatórios do faturamento, com registro de aprovação ou de eventuais glosas, de forma legível e indelével.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações da Contratada

São obrigações da Contratada, além de outras previstas neste Contrato e em seu Anexo II (Termo de Referência):

- a) Efetuar todos os serviços necessários referentes à execução do objeto, empregando materiais novos, se for o caso, no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo fielmente todas as disposições deste Contrato e seu(s) anexo(s), reparando e corrigindo, às suas expensas, em prazo fixado pela Contratante, os serviços executados com vícios ou incorreções;
- b) Arcar com todas as despesas pertinentes à execução dos serviços ora contratados, tais como tributos, fretes, embalagens, custos com mobilização, quando for o caso, e também os salários, as despesas de pessoal, encargos sociais, previdenciários, fundiários, trabalhistas, tributários e comerciais, bem como os benefícios obrigatórios e legais concedidos aos empregados, inclusive vale-transporte e vale-alimentação, respondendo, na qualidade de empregador, em juízo ou fora dele, para todos os efeitos de direito, e os demais custos inerentes a esta prestação de serviços, mantendo em dia os seus recolhimentos;
- b.1) Deverá a Contratada enviar os respectivos documentos, consoante frequência de ocorrência ou sempre que o Gestor entender necessário.
- b.1.2) Aos empregados demitidos durante a vigência do contrato e que prestaram serviço à Contratante estende-se a obrigação de se comprovar a quitação integral de todas as verbas advindas da relação trabalhista havida com a Contratada.
- c) Responder integralmente pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, por culpa ou dolo decorrentes da execução deste Contrato, não havendo exclusão ou redução de responsabilidade decorrente da fiscalização ou do acompanhamento contratual exercido pela Contratante;
- d) Submeter à apreciação da Contratante, para análise e deliberação, qualquer pretensão de alteração que se fizer necessária nas cláusulas e condições deste Contrato;
- e) Submeter à apreciação da Contratante, antes de expirado o prazo previsto para a conclusão do serviço contratado, solicitação de prorrogação, se assim entender necessário, quando da ocorrência de quaisquer das situações contempladas no art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, fundamentando e comprovando a hipótese legal aplicável;
- f) Manter, durante toda a vigência contratual, as mesmas condições de regularidade fiscal e de qualificação exigidas e apresentadas na fase de habilitação do processo licitatório e/ou assinatura do presente Contrato, inclusive as relativas à regularidade para com o INSS, FGTS, Justiça do Trabalho, bem como à regularidade tributária perante a Fazenda de Minas Gerais e, quando for o caso, perante a Fazenda Estadual do domicílio da Contratada, conservando atualizadas as informações no Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEF e apresentando à Superintendência de Gestão Administrativa da Contratante as certidões referentes às condições supramencionadas sempre que tiverem suas validades vencidas e quando solicitadas;
- g) Informar, no corpo da nota fiscal (ou documento equivalente), seus dados bancários, a fim de possibilitar à Contratante a realização dos depósitos pertinentes;
- h) Providenciar, às suas expensas, durante o prazo de vigência do contrato, os exames médicos exigidos por lei para admissão e dispensa dos empregados, apresentando-os, quando solicitado, à Contratante.
- i) Alocar nas unidades de prestação dos serviços, em até 10 (dez) dias corridos, a partir de solicitação do Gestor, profissionais integrantes do seu quadro de empregados e com qualificação necessária a sua execução, observando-se as condições mínimas estabelecidas no Termo de Referência e seus apensos, podendo ser ampliado o prazo para alocação de funcionário, desde que devidamente justificado e aprovado pelo Gestor.
- j) Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais, através do(s) Preposto(s) indicados(s), zelando pela prestação contínua dos serviços, ressalvados os casos de força maior, devidamente justificados e aceitos pela Contratante.
- k) Zelar pelo bom comportamento dos empregados alocados na prestação de serviços, orientando-os a cumprir as normas internas editadas pela Contratante, especialmente as de segurança, sendo-lhes vedadas, dentre outras, as seguintes condutas: realizar qualquer tipo de jogo, bem como a venda de rifas e bilhetes, a circulação de listas e de pedidos particulares de qualquer natureza; permanecer nas dependências do órgão no qual prestam serviços, antes ou depois dos horários de trabalho; consumir ou guardar bebidas alcoólicas nas dependências da Contratante.
- l) Zelar pela observância das regras de higiene pessoal e boa apresentação de seus empregados nas unidades da Contratante, não sendo permitida a prestação dos serviços por empregados sem o devido

uniforme e crachá de identificação.

m) Efetuar em conta bancária o pagamento mensal dos empregados designados para prestar serviço nas unidades da Contratante, no prazo legal.

n) Fornecer, obrigatoriamente e sem ônus para seus empregados, crachás de identificação com os seguintes elementos, no mínimo: nome completo, matrícula, fotografia, cargo e meios para registro eletrônico ou mecânico de ponto, conforme legislação vigente.

o) Remunerar os empregados, observando o valor salarial contratado e de acordo com o estabelecido no Apenso VI do Termo de Referência – Planilha de Estimativa de Custo e de Composição de Preços da Contratação, assim como os reajustes legais incidentes.

p) Recolher, no prazo legal, todas as despesas havidas com seus empregados, inclusive encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, exibindo, sempre que solicitado, os respectivos comprovantes.

q) Apresentar, em até 10 (dez) dias após o último mês de prestação de serviços, em decorrência da extinção ou da rescisão do contrato, termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados terceirizados, devidamente homologados pelo sindicato da categoria, quando exigível, acompanhados das cópias autenticadas em cartório, ou cópias simples acompanhadas dos originais no local de recebimento, podendo ser estendido o prazo de apresentação previsto neste item mediante justificativa fundamentada da Contratada.

r) Reparar ou substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação, bens avariados decorrentes de dano(s) causado(s) por seus empregados, Preposto(s) e demais pessoas designadas para a execução dos serviços. Na hipótese de substituição de bens, deverá a Contratada providenciar outro, igual ou similar, submetendo-o à aprovação do Gestor.

r.1) Ocorrendo uma das hipóteses da aliena “r”, caso haja necessidade de ressarcimento de despesas, esse será precedido de regular procedimento administrativo para apuração dos fatos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

s) Cumprir as normas de âmbito federal, estadual e municipal aplicáveis ao objeto contratado, inclusive as referentes à prevenção de incêndios, segurança e medicina do trabalho, bem como as normas de segurança da Contratante.

t) Adotar todas as medidas necessárias nos casos de acidentes de trabalho envolvendo seu(s) empregado(s) no desempenho dos serviços contratados ou em conexão com eles, cumprindo ainda as obrigações pertinentes previstas em lei.

u) Responsabilizar-se pelas despesas concernentes ao recolhimento dos tributos que envolvam a prestação dos serviços e, quando der causa, por eventuais encargos, multas e despesas decorrentes do atraso na apuração do ISSQN devido e por aquelas resultantes do encaminhamento intempestivo das guias respectivas à Contratante, quando for o caso, para fins de recolhimento do tributo devido.

v) Fornecer todo o material, produto, uniforme e/ou equipamento necessário à execução dos serviços contratados, na forma prevista nos anexos deste instrumento, fiscalizando-lhes ainda o uso.

v.1) O empregado da Contratada não poderá prestar serviço sem usar uniforme ou equipamento de proteção.

v.2) Se necessários, os treinamentos de uso de equipamentos de proteção correrão às expensas da Contratada.

w) Identificar os equipamentos de propriedade da Contratada, no intuito de se evitar confusão com os bens da Contratante.

x) Efetuar a entrega de todos os materiais e produtos necessários à execução dos serviços, mediante recibo, em cada unidade de prestação dos serviços.

y) Auxiliar a Contratante em seu projeto de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, conforme orientações descritas no Apenso IV do Termo de Referência – Descrição dos Serviços de Limpeza, Conservação e Manutenção Predial – e legislação sobre a matéria.

z) Conceder diárias, a título de despesas de viagem, aos empregados alocados na prestação dos serviços.

aa) Fornecer à Contratante planilha ou base de dados informatizada dos prestadores de serviço destacados para o contrato com, minimamente, os seguintes dados cadastrais: nome completo, data de nascimento,

matrícula, cargo, data de admissão, lotação, fotografia, número do CPF e do documento de identidade, número do PIS e endereço residencial.

aa.1) O fornecimento de planilha ou base de dados deverá ocorrer mensalmente através de meio eletrônico ou DVD/CD, conforme disponibilidade da Contratada ou ainda mediante liberação de acesso de consulta à base de dados via sistema web.

ab) Providenciar a substituição do empregado na data de seu afastamento, se a ausência for programada.

ac) Substituir o empregado cujo comportamento ou prestação de serviço se revele(m) insatisfatório(s).

ad) Excluir do faturamento mensal, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, os valores correspondentes aos dias de faltas dos empregados não substituídos, bem como os valores referentes a salários e encargos de empregados a partir da data em que foram colocados à disposição pela Contratante, e também valores correspondentes aos dias de trabalho de empregados em gozo de benefícios previdenciários em razão de afastamentos legais.

ae) Cumprir a legislação trabalhista e previdenciária, as obrigações previstas em acordo, dissídios e convenções coletivos de seus empregados.

ae.1) A Contratante não se vinculará, contudo, a disposições coletivas que porventura tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos sem previsão legal, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários.

af) Orientar seus empregados a realizarem cadastro junto ao INSS e à Caixa Econômica Federal para fins de consulta eletrônica ou recebimento de informações acerca de recolhimento de contribuições previdenciárias e depósito/saldo de FGTS.

ag) Manter o sigilo sobre todos os dados, informações e documentos fornecidos por este Órgão ou obtidos em razão da execução contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência deste Contrato e mesmo após o seu término;

ah) Comunicar à Contratante quaisquer operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, as quais, quando caracterizarem a frustração das regras disciplinadoras da licitação, poderão ensejar a rescisão contratual;

ai) Comunicar à Secretaria da Receita Federal, nos termos do art. 30 da Lei Complementar Federal nº 123/06, o eventual desenquadramento da situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada em decorrência da execução deste Contrato, encaminhando cópia da comunicação à Contratante, para ciência.

CLÁUSULA SEXTA – Do Preço

Os preços referentes ao objeto deste Contrato estão definidos na proposta vencedora do processo licitatório nº 13/2019, neles estando incluídas todas as despesas feitas pela Contratada para a efetiva execução do serviço.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Valor Global e da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s)

O valor global deste Contrato é de R\$ 99.255.348,62 (noventa e nove milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos).

As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) nº 1091.03.122.701.2.009.0001.3.3.90.37.01 e 1091.03.122.701.2.009.0001.3.3.90.37.02 – ambas da fonte 10.1, e 4451.03.061.738.4256.0001.3.3.90.37.02 – fonte 60.1, com os respectivos valores reservados, e suas equivalentes nos exercícios seguintes quando for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – Da Forma de Pagamento

A Contratante efetuará o pagamento mensal somente dos serviços efetivamente prestados, conforme o quantitativo de empregados disponibilizados e de forma proporcional ao período de prestação dos serviços.

O pagamento será feito, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do recebimento da nota fiscal/fatura e desde que apresentada na forma e com os documentos exigidos neste instrumento contratual:

a) A Contratada deverá encaminhar à Contratante, previamente à emissão da nota fiscal, para conferência e aprovação, até o 10º dia útil do mês subsequente ao da respectiva prestação de serviço, os demonstrativos de valores a serem faturados, que deverão corresponder aos serviços efetivamente prestados ou aos créditos previstos à Contratada;

b) A Contratante deverá apresentar glosas ou aprovar, em até 20 dias corridos, os demonstrativos de valores apresentados pela Contratada, para posterior emissão da nota fiscal;

c) A Contratada apresentará à Contratante, até o 5º (quinto) dia útil após a aprovação dos demonstrativos de valores, a nota fiscal respectiva, emitida conforme as exigências contratuais e legais, especialmente de natureza fiscal, em nome da Procuradoria-Geral de Justiça, CNPJ nº 20.971.057/0001-45, Av. Álvares Cabral, 1.690, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, MG, constando ainda, em seu corpo, **o nome do setor solicitante (Diretoria de Terceirização)**, o local onde o serviço foi executado, o número do contrato, o número do empenho, os elementos caracterizadores do objeto, bem como seus dados bancários para pagamento;

d) Junto à nota fiscal, a Contratada deverá apresentar também:

d.1) Relação nominal dos empregados alocados e planilhas de custos mensais de cada categoria funcional contratada, com dedução dos valores relativos a faltas, quando for o caso, e com referência ao nome do empregado faltante, do empregado substituto e indicação do quantitativo de faltas;

d.2) Folha de pagamento da remuneração referente ao mês de competência da prestação dos serviços faturados, com discriminação exclusiva dos empregados alocados nas unidades da Contratante, na forma da legislação previdenciária;

d.3) Relatório das ocorrências trabalhistas do mês de competência da prestação dos serviços, tais como data de início ou término da alocação do empregado, faltas e repouso semanal remunerado, com respectivos valores, contendo nome, matrícula, salário-base;

d.4) Relação dos empregados que estiverem em gozo de férias, afastados por motivo legal e em gozo de benefícios previdenciários relacionados ao exercício da atividade laborativa;

d.5) Declaração firmada pelo representante legal e pelo contador/responsável pelo setor de Recursos Humanos da Contratada, com assinaturas identificadas, nos seguintes termos: “Declaramos, sob as penas da lei, que as remunerações e todos os benefícios previstos em convenção coletiva, atinentes à prestação do serviço de que trata o contrato firmado com a Procuradoria-Geral de Justiça, nº ____/2019, competência ____/2019, foram integralmente pagos, no prazo legal, aos empregados disponibilizados para a execução do objeto contratual. Do mesmo modo, foram pagos todos os encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais advindos dessa prestação de serviço.”;

d.6) Cópia da Guia de Recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP do mês anterior a que se refere o faturamento, devidamente quitada, com as informações relativas aos empregados alocados na prestação dos serviços;

d.7) Cópia da Guia de Recolhimento de Previdência Social – GPS do mês anterior a que se refere o faturamento, devidamente quitada, com as informações relativas aos empregados alocados na prestação dos serviços;

d.8) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) - CRF, com prazo de validade não expirado;

d.9) Certidão de regularidade quanto aos débitos de contribuições previdenciárias expedida pela Receita Federal, com prazo de validade não expirado;

d.10) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, ou equivalente;

d.11) Certidão negativa de débito junto às Fazendas estadual/distrital e municipal do domicílio da sede da Contratada, ou equivalente;

d.12) Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT, ou equivalente;

d.13) Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas devidos e de pagamento dos empregados do mês anterior a que se refere o faturamento, devendo reportarem-se, exclusivamente, aos empregados designados para a execução dos serviços contratados;

d.14) Consoante frequência de ocorrência e sempre que o Gestor entender necessário, conveniente ou oportuno, deverá a Contratada apresentar os comprovantes de pagamentos de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado, décimo terceiro, concessão e adicional de férias, depósitos de FGTS, recolhimento de INSS, obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, vale-transporte, vale-alimentação, seguro de vida e demais obrigações previstas em lei, acordo ou convenção coletivos de trabalho.

d.14.1) Estende-se aos empregados demitidos durante a vigência do contrato e que prestaram serviço à Contratante a obrigação de a Contratada comprovar a quitação integral de todas as verbas principais e acessórias, trabalhistas, sociais e previdenciárias do contrato de trabalho rescindido.

d.15) Outros documentos relacionados às obrigações que resultarem da execução contratual;

e) A Contratada deverá elaborar a nota fiscal nos termos dos Apenso V, VI e VII do Termo de Referência;

f) Quando da efetivação do pagamento da nota fiscal/fatura serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de qualquer esfera de governo (federal, estadual/distrital ou municipal), na forma e modo previstos na legislação vigente;

g) No primeiro e último mês de vigência contratual, os valores a serem pagos pela Contratante deverão ser calculados pro rata die, pelo período da efetiva prestação dos serviços, considerando o mês comercial para realização do cálculo;

h) Na hipótese de concessão de isenção tributária ou de alteração nas alíquotas de tributos ou de encargos sociais, a Contratada deverá apresentar documentos comprobatórios da nova situação jurídica, deduzindo o percentual correspondente dos respectivos módulos na planilha de custos e do memorial de cálculos;

h.1) As disposições da alínea h não se aplicam às alterações do FAP, para as quais há disciplina própria no memorial de cálculos;

i) Na hipótese de atraso na entrega da nota fiscal, os prazos estabelecidos à Contratante para pagamento correrão a partir da data de apresentação do documento;

j) No caso da não aprovação da nota fiscal por motivo de incorreção, rasura ou imprecisão, ela será devolvida à Contratada para a devida regularização, reiniciando-se os prazos para aceite e consequente pagamento a partir da reapresentação da nota fiscal devidamente regularizada;

j.1) A devolução de nota fiscal não aprovada pela Contratante, em hipótese alguma, servirá de fundamento para que a Contratada suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

k) Ocorrendo atraso na execução dos serviços, a Contratada deverá anexar à respectiva nota fiscal justificativa pela ocorrência do atraso e documentação comprobatória dos motivos alegados;

k.1) Não sendo apresentada a documentação atinente à quitação das verbas salariais, trabalhistas ou previdenciárias, permitir-se-á, após comunicado à Contratada, a retenção do pagamento da fatura mensal em valor proporcional ao inadimplemento, até que se regularize a situação;

k.2) A fim de resguardar os direitos dos prestadores de serviço e de manter a regularidade da prestação do serviço, após 15 (quinze) dias do comunicado e comprovada a inadimplência da Contratada, poderá a Contratante proceder, por si mesma, ao pagamento das despesas inadimplidas, após comunicado ao(s) sindicato(s) da(s) categoria(s);

k.3) O pagamento tratado no item k.2, caso ocorra, não configurará vínculo de emprego nem implicará a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.

l) A Contratante poderá ainda sobrestar os pagamentos devidos à Contratada, relativos ao valor do item LUCROS e DESPESAS INDIRETAS - LDI, Módulo 5 do Apenso V do Termo de Referência, no todo ou em parte, enquanto houver pendência relativa a:

l.1) Liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

- 1.2) Existência de débitos para com a Contratante, quando não coberto pela garantia contratual ou esta for insuficiente;
 - 1.3) Existência de débitos para com terceiros ou outras de responsabilidade da Contratada, relacionados com os serviços contratados e que possam pôr em risco seu bom andamento ou causar prejuízos materiais ou morais à Contratante;
 - 1.4) Descumprimento de obrigação relacionada ao contrato, que possa ensejar a responsabilização solidária ou subsidiária da Contratante;
 - 1.5) Apresentação de documentação exigida em disposição do contrato;
 - 1.6) Não apresentação da garantia de execução ou sua apresentação de forma irregular;
 - 1.7) Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação quanto à situação de regularidade fiscal da empresa;
- m) A configuração de inadimplência da Contratada no cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias acarretará, sem prejuízo das penalidades aplicáveis, a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito da Contratante.
- n) Para pagamento das despesas de férias, 13º salário, 1/3 de férias (terço constitucional), multa do FGTS (40%) e contribuição social (10%), e encargos referentes a tais rubricas; adotar-se-á a Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação (Conta Vinculada), conforme disposições constantes no Apenso VII do Termo de Referência.
- o) Não poderão ser repassados à Contratante quaisquer acréscimos financeiros decorrentes da inobservância dos prazos para o pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais atinentes aos empregados alocados, quando ocorrer o descumprimento das exigências contratuais e legais por parte da Contratada.

CLÁUSULA NONA – Dos Acréscimos ou Supressões

A Contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que a Contratante, a seu critério e de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira, determinar, até o limite de 25% do valor atualizado do Contrato. Fica facultada a supressão além do limite aqui previsto, mediante acordo entre as partes, por meio de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da Vigência

A vigência do presente contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de **01/05/2019**, podendo o mesmo ser prorrogado e/ou alterado, através de termos aditivos, mediante acordo entre as partes, observado o limite legal, desde que os serviços estejam sendo prestados de forma satisfatória e em condições compatíveis com os preços de mercado.

- a) A critério da Contratante, a vigência poderá ter início em até 60 (sessenta) dias da data de assinatura do contrato.
- b) Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do contrato, deverá manifestar formalmente sua intenção à Contratante, no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes da data prevista para o término da relação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Recomposição e do Reajuste

A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro contratual dar-se-á segundo os critérios abaixo especificados:

- a) Os valores referentes à remuneração prevista na contratação serão reajustados quando ocorrer alteração dos salários da categoria profissional alocada, em decorrência de acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho, desde que devidamente registrado(s) e/ou depositado(s) na Delegacia Regional do Trabalho – DRT/MG e/ou homologado(s) por ato do Poder Público, quando solicitado e devidamente comprovado pela Contratada, inclusive no início de vigência do contrato, para aquelas remunerações que já não estejam atualizadas.

b) O valor do vale-transporte de Belo Horizonte será o parâmetro de reajuste tarifário para os postos da própria capital, ao passo que o praticado em Contagem será o parâmetro do interior. À Contratada compete proceder à comprovação e à solicitação deste, nos termos descritos no Memorial de Cálculos.

b.1) A proposta de reajuste tratada na alínea “b” deverá ser apresentada à Contratante antes da data de prorrogação do contrato.

c) Reajustar-se-ão os valores do vale-alimentação (tíquete-alimentação) quando contemplados em acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho da categoria profissional, devidamente registrado(s) e/ou depositado(s) na Delegacia Regional do Trabalho – DRT/MG e/ou homologado(s) por ato do Poder Público.

c.1) A proposta de reajuste tratada na alínea “c” deverá ser apresentada à Contratante antes da data de prorrogação do contrato.

d) Os valores referentes a seguro de vida em grupo, uniformes/EPIs, máquinas/equipamentos, materiais de consumo e produtos de limpeza somente serão reajustados após 12 (doze) meses contados da data limite de apresentação da proposta, com aplicação máxima do índice do IPCA/IBGE.

d.1) A proposta de reajuste tratada na alínea “d” deverá ser apresentada à Contratante antes da data de prorrogação do contrato.

e) Fica expressamente vedado reajustar quaisquer valores referentes aos Custos Indiretos em prazo inferior a 12 (doze) meses, contado da data de vigência contratual;

e.1) A proposta de reajuste tratada na alínea “e” dependerá de iniciativa da Contratada, após 12 (doze) meses contados da data de vigência do contrato, no caso de primeiro reajuste, ou da data do reajuste anterior, na hipótese de reajustes posteriores.

e.2) Aplicar-se-á o índice máximo do IPCA/IBGE no reajuste dos Custos Indiretos.

f) É vedada a inclusão de novos benefícios, exceto quando, após a formalização do contrato, se tornarem obrigatórios por força de dispositivo legal, sentença judicial e acordo ou convenção coletiva.

g) A Contratada deverá informar à Contratante toda alteração de caráter obrigatório e superveniente, decorrente de lei ou sentença judicial, durante a execução do objeto contratual.

h) Após doze meses de prestação de serviço e respeitada a atualização monetária, far-se-á a revisão dos valores, quantidades e frequências correspondentes às médias de fornecimento e ocorrência constantes do módulo 2 - submódulo 2.3 e do módulo 5 das planilhas de custos, caso as partes detectem que estão destoantes da realidade da execução contratual.

i) À Contratada caberá reajustar as planilhas de custos, mediante repactuação, aplicando-lhes as correções previstas nos acordos, ou convenções coletivos referentes ao ano de início da execução do contrato.

j) Deverão ser mantidos os pisos previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho do ano de início da execução do contrato para as categorias que os tenham como base.

k) Para as categorias que estiverem com salários acima do piso deverá(ão) ser aplicado(s) o(s) percentual(is) de reajuste previsto(s) no(s) respectivo(s) acordo(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho, caso a contratação não ocorra no ano de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Garantia de Execução Contratual

A Contratada deverá apresentar à Diretoria de Contratos e Convênios da Contratante, em até 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, na modalidade escolhida pela Contratada na proposta vencedora, dentre as hipóteses legais.

1. É facultado à Contratada, no curso da execução do Contrato, substituir a modalidade de garantia por outra, dentre as hipóteses legais, mediante autorização expressa da Contratante.
2. Caso a Contratante decida pelo acréscimo contratual previsto neste Instrumento, a Contratada deverá reforçar o valor da garantia, mantendo o percentual supracitado.

3. Aditado o Contrato ou prorrogado o prazo de sua vigência, a Contratada fica obrigada a apresentar garantia complementar ou substituí-la, no mesmo percentual e modalidade de sua eleição.
4. O valor da garantia poderá responder pelo inadimplemento das obrigações contratuais, inclusive pelas multas impostas à Contratada, devendo o valor dado em garantia ser complementado até atingir o valor pactuado, no caso de utilização.
5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.
6. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, ou reduzido em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, a Contratada se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificada.
7. A garantia prestada pela Contratada será liberada, na forma da lei, ao término das obrigações contratuais, desde que os serviços executados estejam aprovados pela Contratante e que não haja, no plano administrativo ou judicial, qualquer pendência ou reclamação, hipótese em que ficará retida até solução final.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das Penalidades

I – A inadimplência da Contratada, sem justificativa aceita pela Contratante, no cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato a sujeitará às sanções a seguir discriminadas, de acordo com a natureza e a gravidade da infração, mediante processo administrativo, observada a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93:

- a) Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na execução/refazimento do serviço, até o trigésimo dia, calculada sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo estipulado para cumprimento da obrigação;
- b) Multa moratória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, quando o atraso injustificado na execução/refazimento do serviço for superior a 30 (trinta) dias;
- c) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) em razão da não-execução/refazimento do serviço, calculada sobre o valor do contrato, aplicável a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Contratante;
- d) Multa compensatória de 0,3% (três décimos por cento) por dia, pelo descumprimento de obrigação acessória prevista em qualquer cláusula deste instrumento, calculada sobre o valor do contrato e limitada a 10% (dez por cento) desse valor, contada da comunicação da Contratante (via internet, fax, correio etc.), até cessar a inadimplência;

II – Ocorrendo a aplicação da penalidade de multa moratória de forma reiterada diante de casos injustificados, a Administração terá a faculdade de rescindir unilateralmente o contrato, conforme expresso no art. 86, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de aplicação de outras sanções;

III – Após o 30º (trigésimo) dia de mora na execução dos serviços, a Contratante terá direito de recusar o objeto contratado, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando a perda de interesse em sua execução, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

IV – Independentemente do prazo estipulado acima, a inexecução parcial ou total do contrato por parte da Contratada poderá implicar a sua rescisão unilateral, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666/93, com aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;

V – Ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente, mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e desde que mantidas as mesmas condições da primeira colocada, ou adotar outra medida legal para a conclusão do serviço;

VI – Aplicadas as multas previstas, poderá a Administração notificar a Contratada a recolher a quantia devida à Contratante, no prazo de 10 dias, contados da data do recebimento do comunicado acerca da decisão definitiva; em caso de garantia de execução contratual, descontar o valor da garantia prestada, prevista no § 1º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93; ou realizar compensação, existindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante ou valores retidos dos pagamentos devidos por esta;

VII – Na impossibilidade de recebimento das multas nos termos do inciso anterior, a importância aplicada, ou seu remanescente, deverá ser cobrada judicialmente, nos termos do art. 38, §3º do Decreto nº 45.902/12;

VIII – Para todas as penalidades aqui previstas, será garantida a defesa prévia da Contratada, no prazo de 5 dias úteis, contado do recebimento da notificação encaminhada pela Contratante;

IX – Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o pagamento será acrescido de atualização financeira, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA, ou outro índice que venha substituí-lo, conforme a legislação vigente;

X – Na hipótese de a Contratada incorrer em algum dos atos lesivos à Administração Pública previstos no art. 5º, IV, da Lei Federal nº 12.846/13, ficará sujeita às penalidades descritas no art. 6º daquele diploma legal;

XI – As penalidades previstas na alínea acima serão aplicadas segundo os critérios estabelecidos nos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 12.846/13 e nos arts. 17 a 24 do Decreto Federal nº 8.420/15, resguardado à Contratada o direito ao devido processo legal e à ampla defesa, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da intimação do ato, em obediência ao procedimento estatuído no art. 8º e seguintes daquele diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da Rescisão

Constituem motivos para a rescisão deste Contrato os casos enumerados no art. 78, incisos I a XVIII, da Lei Federal nº 8.666/93, assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa.

A rescisão deste Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, ocorrendo qualquer das hipóteses elencadas no art. 78, incisos I a XII, XVII e XVIII, sem que caiba qualquer ressarcimento à Contratada, ressalvado o disposto no § 2º, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93.

Fica ressalvado que, na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no inciso VI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, admite-se a possibilidade da continuidade contratual, a critério da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da Publicação

A Contratante fará publicar no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais – DOMP/MG o resumo do presente Contrato, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do Foro

É competente o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões oriundas deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Dos Documentos Integrantes

Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, para todos os efeitos, o Edital do processo licitatório, a ata de realização da sessão de pregão, o instrumento legal que confere poderes ao representante da Contratada para representá-la, bem como os Anexos I e II deste Contrato, os quais consignam a proposta vencedora com a planilha de preços, e o termo de referência, com as especificações do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Dos Casos Omissos

Surgindo dúvidas na execução e interpretação do presente Contrato ou ocorrendo fatos relacionados com o seu objeto e não previstos em suas cláusulas e condições, as partes sujeitar-se-ão a regras e princípios

jurídicos aplicáveis.

Assim ajustadas, as partes assinam o presente Contrato, para um só efeito de direito, por meio de senha/assinatura eletrônica, na presença de 2 testemunhas.

Anexo I

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

1) IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

Razão Social: Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI			CNPJ:78.533.312/0001-58
Endereço: Rua Joaquim Costa		Nº: 270	Sala:
Bairro: Agrônômica		Cidade: Florianópolis	CEP: 88.025-400
Telefone: (48) 3271-1351	Telefax: (48) 3271-1301	E-mail: patricia.regina@plansul.net.br	UF:SC
Banco: 001 (Banco Brasil)	Agência: 3425-8	Conta: 20.420-X	

2) DAS EXIGÊNCIAS DA PROPOSTA:

2.1) PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) DIAS, contados da data de sua apresentação (MÍNIMO 60 dias);

2.2) PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: 24 MESES, contados do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Serviço;

2.3) PRAZO PARA ALOCAÇÃO DE PROFISSIONAL NAS UNIDADES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: 10 (dez) DIAS, contados a partir de solicitação formal do Gestor (MÁXIMO de 10 dias);

2.4) DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE: deverá ser apresentada, juntamente com esta Proposta, a Declaração de Regularidade, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital;

2.5) VISTORIA TÉCNICA AOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.5.1) A vistoria mínima (obrigatória) aos locais de prestação dos serviços descritos no Termo de Referência (Anexo VII do Edital) deverá ser realizada até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão do Pregão, após agendamento pelo telefone (31) 3330-9460 ou (31) 3330-8164 com o Sr. Elcio José dos Santos, setor Diretoria de Terceirização;

2.5.2) Não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento de qualquer elemento, existência de dúvidas e outras questões que possam provocar empecilhos, atrasos ou paralisações na execução dos serviços e que poderiam ter sido observados na vistoria;

2.6) GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93): Será exigida a prestação de garantia de acordo com o estabelecido na Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato (Anexo I do Edital), equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, correspondente, nesta data, ao valor de R\$ 4.962.767,43 (quatro milhões, novecentos e sessenta e dois mil, setecentos e sessenta e sete reais e quarenta e três centavos) devendo a empresa vencedora optar por uma das seguintes modalidades (marcar um "X"):

() Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

(X) Seguro-garantia;

() Fiança bancária.

3) O PREÇO E AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

ATENÇÃO

Para o preenchimento da proposta inicial, o licitante deverá, de antemão, utilizar a Planilha de Lances (Apenso XIV do Termo de Referência), disponibilizada no site www.mpmg.mp.br, "Licitações" – "Processos Licitatórios", no intuito de, a partir do preço total global do lote único, obter os preços correspondentes a cada item (1 – Serviços de apoio administrativo e 2 – Serviços de Limpeza, Conservação e Manutenção Predial).

Apenas o preço total global do lote poderá ser determinado pelos licitantes. Os preços dos itens (1 – Serviços de apoio administrativo e 2 – Serviços de Limpeza, Conservação e Manutenção Predial), por sua vez, **não poderão ser arbitrados livremente pelos licitantes**, devendo ser observada a proporcionalidade entre os valores previamente cotados, a qual já se encontra delimitada na Planilha de Lances (Apenso XIV do Termo de Referência), elaborada com base na Planilha de Custos Apoio Administrativo e na Planilha de Custos Conservação e Limpeza (respectivamente, Apenso VI-B e VI-A do Termo de Referência).

Assim, o licitante deverá inserir o seu preço total global do lote na célula "Q10" (Lance do Pregão) da Planilha de Lances (aba "LANCES DO PREGÃO", do Apenso XIV do Termo de Referência), a qual calculará automaticamente o preço correspondente a cada item, informando-os nas células "C16" e "C17" (Total dos custos das planilhas resumo). Esses preços deverão ser transcritos, então, para os campos próprios da proposta inicial no Portal de Compras – MG.

Ressalte-se que o preço total do lote proposto pelo licitante não poderá ultrapassar R\$ 109.413.354,83 (cento e nove milhões quatrocentos e treze mil trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos), sendo esse o VALOR MÁXIMO para contratação.

O VALOR MÁXIMO supracitado é composto pelos CUSTOS DIRETOS (Valor Fixo), acrescidos dos CUSTOS INDIRETOS de 6% e do LUCRO de 4% (Valores Variáveis - LDI).

O valor correspondente aos CUSTOS DIRETOS mais impostos totaliza R\$ 99.255.348,62 (noventa e nove milhões duzentos e cinquenta e cinco mil trezentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos). **Esse valor corresponde ao CUSTO MÍNIMO da contratação, não sendo admissível, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, propostas e lances inferiores a esse preço.**

Apenas será objeto de variação na disputa o valor correspondente à LDI (CUSTOS INDIRETOS + LUCRO), cujo valor máximo é R\$ 10.158.006,21 (dez milhões cento e cinquenta e oito mil seis reais e vinte e um centavos), o qual transcende o valor dos custos diretos e impostos citado no parágrafo anterior, para formar o valor máximo de referência - R\$ 109.413.354,83.

ATENÇÃO: considerando que a PARCELA VARIÁVEL da proposta é composta de CUSTOS INDIRETOS + LUCRO, os licitantes deverão atentar para a exequibilidade de seus lances, visto que CUSTOS INDIRETOS e LUCRO com valores próximos a zero podem inviabilizar a execução contratual. A Planilha de Lances impede a inserção de valores abaixo do CUSTO MÍNIMO de contratação (R\$ 99.255.348,62).

Ao término da sessão de lances, o licitante vencedor deverá preencher a célula "Q10" (Lance do Pregão) da Planilha de Lances com o seu melhor valor, a qual irá calcular automaticamente o percentual dos CUSTOS INDIRETOS e do LUCRO correspondentes a cada posto de trabalho (apoio, motoristas e limpeza).

Feito isso, o licitante vencedor deverá lançar os valores dos CUSTOS INDIRETOS e do LUCRO por posto de trabalho na Planilha de Custos Apoio Administrativo e na Planilha de Custos Conservação e Limpeza (respectivamente, Apenso VI-B e VI-A do Termo de Referência), ambos na aba "BASE PLANILHAS", nas células "C105" (Custos Indiretos) e "C106" (Lucro).

As planilhas para cada localidade e demais planilhas de resumo, constantes dos Apenso VI-A e VI-B, serão automaticamente preenchidas indicando os valores de Custo Total Mensal, Anual e Global, conforme valor da proposta vencedora.

ATENÇÃO – Orientação para transportar valores de custos indiretos e lucros:

Os valores obtidos para Custo Indireto (células "D10" e "D11") e Lucro (células "F10" e "F11"), após lançamento do lance do pregão na célula "Q10" do Apenso XIV – Planilha de Lances do

Pregão aba “Lances do Pregão” deverão ser transportados para os Apenso VI-A e VI-B na aba “BASE PLANILHAS” células “C105” e “C106”.

Para essa transferência de valores deve ser adotado o seguinte procedimento:

- Copiar (CTRL+C) os valores obtidos, a título de Custo Indireto e Lucro, nas células “D10”, “D11”, “F10” e “F11” da aba “Lances do Pregão” – Apenso XIV – Planilha de Lances do Pregão e colá-los como valores nas células “C105” e “C106” da aba “BASE PLANILHAS” dos Apenso VI-A e VI-B (para realizar esse procedimento de colagem basta clicar com o botão direito na célula de destino (“C105” e “C106”) e selecionar em “Opções de Colagem” o segundo ícone correspondente a colar “VALORES(Y)”, conforme figura a abaixo:

Desse modo, os custos totais obtidos nas células “C16” e “C17” aba “Lances do Pregão” – Apenso XIV – Planilha de Lances do Pregão, serão exatamente os mesmos gerados nos Apenso VI-A e VI-B. O transporte dos valores nos moldes mencionados acima visa eliminar qualquer divergência por motivo de arredondamento de casas decimais.

OBS.: ao final da disputa, o licitante vencedor deverá enviar a Planilha de Lances, a Planilha de Custos Apoio Administrativo e a Planilha de Custos Conservação e Limpeza, devidamente preenchidas, juntamente com sua proposta final, após solicitação do Pregoeiro, ao final da disputa.

LOTE ÚNICO						
Prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.						
ABERTO A TODOS OS LICITANTES (ampla competição)						
Item	QTD	UND	COD. SIAD	Especificações do Item	Preço	
					Unitário/ Mensal	Total/ Global
1	1	un	000004626	Serviços de Apoio Administrativo, em conformidade com todas as especificações e exigências previstas no Termo de Referência (Anexo VII do Edital).	R\$ 3.366.247,92	R\$ 80.789.950,10
2	1	un	000004561	Serviços de Limpeza, Conservação e Manutenção Predial, em conformidade com todas as especificações e exigências previstas no Termo de Referência (Anexo VII do Edital).	R\$ 769.391,60	R\$ 18.465.398,52
PREÇO MÁXIMO GLOBAL ADMITIDO				PREÇO TOTAL GLOBAL DO LOTE		
R\$ 109.413.354,83 (cento e nove milhões quatrocentos e treze mil trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e três centavos)				R\$ 99.255.348,62		

Anexo II

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº 13/2019

1 - OBJETO:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos,

dispensadores/suportes, materiais e insumos.

2 - JUSTIFICATIVA E FINALIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A presente contratação justifica-se em razão da necessidade do exercício de funções que não demandam a criação de cargos públicos na estrutura organizacional do Ministério Público, porém se enquadram como serviços relevantes de apoio à realização de atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional.

2.2. A contratação dos serviços de limpeza, conservação e manutenção predial, por sua vez, é necessária para a garantia de um ambiente seguro, limpo e em boas condições de uso para membros, servidores e demais pessoas que frequentam as dependências da Instituição, sendo motivada pela rescisão do atual contrato firmado pela Procuradoria-Geral de Justiça com empresa especializada do ramo e também pela inexistência de quadro de pessoal efetivo para execução desses serviços.

2.3. Com relação aos serviços de motoristas, a contratação propiciará a prestação de serviço de condução de veículos oficiais ou locados que se encontram à disposição em diversas unidades, para atendimento às rotinas administrativas, haja vista que o cargo de Agente do Ministério Público, cujo rol de atribuições prevê o exercício da função de motorista, encontra-se em extinção no quadro de servidores do Ministério Público, a partir das vacâncias que se sucederem, conforme artigo 3º e Anexo II da Lei Estadual nº 16.180, de 16 de junho de 2006.

2.4. Sob a ótica da terceirização, pretende-se, com a licitação desses serviços, a adoção de um modelo de gestão racional para conter gastos com pessoal, eliminando-se as despesas com a contratação direta e, com isso, evitando-se a criação de novos cargos não relacionados diretamente com as atividades essenciais deste órgão ministerial.

3 - DIVISÃO EM LOTES:

Lote Único

Justificativa: A opção por referido lote revela-se menos onerosa para a Administração, uma vez que quanto maior o número de contratos, os quais advêm de mais de um lote na disputa, maior a quantidade de notas fiscais, de planilhas, de regras contratuais e maior a necessidade de disponibilização de servidores para acompanhar-lhes a execução. Acrescenta-se que a probabilidade de ocorrência de falhas de controle seria mais alta com mais contratos, aumentando a já grande demanda por sistemas (Controle Integrado de Notas Fiscais, Cadastro de Terceirizados, etc.) por parte da Diretoria de Terceirização, setor responsável pelo contrato de prestação de serviço de terceirização de mão de obra. Outro ponto de suma importância também é o bastante provável aumento do custo com o LDI gerado pela licitação por lotes. Para ilustrar tal possibilidade, exemplifica-se: na Promotoria de Caratinga existem 1 funcionário de apoio, 1 funcionário de limpeza e 1 motorista. Atualmente a empresa contratada possui 1 supervisor que atende aos terceirizados dessa Promotoria de Justiça e realiza apenas uma visita mensal, conforme disposição contratual. Seu custo administrativo de supervisão em Caratinga é “X” e está embutido no LDI pago pela Contratante. Se fosse realizada a licitação em lotes, poderia haver três vencedores distintos (empresas A, B e C), os quais cobrariam o mesmo valor “X” no LDI como custo de supervisão, pois cada contratada enviaria seu respectivo supervisor para acompanhar o funcionário. Logo, seria paga a quantia de 3X a título de LDI. Diante do aumento de custos administrativos e financeiros, dos gastos com mais servidores do Ministério Público, da probabilidade maior de falhas que traz a licitação por lotes; justifica-se a adoção do lote único na licitação.

4 - CÓDIGOS DO CATÁLOGO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DO SIAD, PREÇO UNITÁRIO E GLOBAL:

LOTE 1

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SIAD	PREÇO MENSAL	PREÇO GLOBAL

					ESTIMADO (R\$)	ESTIMADO (R\$)
1	1	Unidade	Serviços de Apoio Administrativo	000004626	3.710.808,83	89.059.411,81
2	1	Unidade	Serviços de Limpeza, Conservação e Manutenção Predial	000004561	848.080,96	20.353.943,02

5- DOCUMENTOS TÉCNICOS:

Poderão ser consultados no site www.mpmg.mp.br, Acesso à Informação, Licitações, Processos Licitatórios.

6 - AMOSTRA:

Não há necessidade de amostra.

7 - VISTORIA TÉCNICA:

Em quais lotes será feita a vistoria: Lote único, todos os itens

O que será verificado na vistoria técnica:

7. VISTORIA TÉCNICA

7.1 A realização de vistoria mínima, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão do Pregão, será obrigatória, sendo condição necessária para participação do(s) licitante(s), haja vista:

7.1.1. a variedade de regiões dentro do estado de Minas Gerais, em que se faz necessário o atendimento simultâneo e diário às unidades do Ministério Público;

7.1.2. os vários tipos e tamanhos de imóveis ocupados pela Contratante;

7.1.3. a quantidade e a diversidade de públicos externo e interno que adentram os imóveis da Contratante;

7.1.4. a complexa logística de entrega regular, periódica de maquinário e materiais em regiões distintas, tais como o Triângulo Mineiro e o nordeste do estado;

7.1.5. o dever de a Contratada resolver, diariamente e mediante atuação de Prepostos, questões relacionadas à rotina de execução contratual;

7.1.6. a diversidade de funções previstas no objeto do contrato;

7.1.7. a significativa quantidade de cidades (previstas no Anexo I) que receberão os serviços.

7.2. A definição da quantidade de cidades ou de endereços a serem visitados foi realizada mediante amostragem representativa da Procuradoria-Geral de Justiça, ou seja, pretendeu-se chegar a um número que traduzisse em menor escala, porém precisamente as características do órgão licitante. Em sincronia com a citada amostragem, foi também levado em consideração o tempo de deslocamento e de visita dos interessados, estimado em 2 (dois) dias por cidade do interior e 1 (um) dia para a capital. Estipulou-se, pois, a porcentagem arredondada de 5% dos imóveis para a visita dos interessados. Logo, por vistoria mínima entende-se a vistoria do licitante nos locais a seguir:

7.2.1. Nos edifícios José Campomizzi Filho, Carlos Ferreira Brandão e Castellar Guimarães, todos em Belo Horizonte;

7.2.2. Em 2 (duas) outras unidades do Ministério Público em Belo Horizonte, à escolha do licitante;

7.2.3. Em pelo menos 2 (duas) comarcas de entrância Especial, 3 (três) de 2ª entrância e 2 (duas) de 1ª entrância.

7.3. Os endereços encontram-se discriminados no Apenso II deste Termo de Referência.

7.4. O(s) licitante(s) deverão agendar as vistorias técnicas na Procuradoria-Geral de Justiça, mediante contato com a Diretoria de Terceirização, pelos telefones nº (31) 3330-9460 ou (31) 3330-8164.

7.4.1. As visitas do(s) licitante(s) serão acompanhadas por servidores indicados pela Diretoria de Terceirização.

7.5. Feita a vistoria técnica, o licitante interessado deverá apresentar as declarações cujos teores se encontram nos Anexos VII e VIII do Edital.

Vistoria técnica do Licitante

Contato: ELCIO JOSE DOS SANTOS

Telefone Contato: (31) 3330-9460 ou (31) 3330-8164

8 - ATESTADOS E CERTIFICADOS ESPECÍFICOS AO OBJETO:

Não há necessidade de atestados ou certificados.

9 - ESPECIALIZAÇÃO DE PROFISSIONAL E ATESTADO DE CAPACIDADE:

Especialização ou atestado exigido:

9.1. O(s) licitante(s) interessado(s) deverá(ão) apresentar atestado de capacitação técnico-operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para demonstrar que presta ou prestou, de forma satisfatória, os serviços contínuos especificados no Apenso III do Termo de Referência (Anexo do Edital) – “Especificações Técnicas dos Cargos”, em edifício não residencial, em quantidade igual ou superior a 50% dos empregados a serem contratados, e por prazo ininterrupto mínimo de 36 (trinta e seis) meses, e deverá conter informações detalhadas dos serviços executados, bem como a identificação da empresa interessada e do declarante, cabendo ao licitante a disponibilização de todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados.

9.2. Somente será aceito o somatório de atestados para fins de qualificação técnico-operacional quando eles se referirem a serviços executados de forma concomitante, tendo em vista que essa situação equivale, para comprovação da capacidade técnica das empresas licitantes, a uma única contratação, consoante entendimento do TCU (Informativo de licitações e contratos nº. 341, março/2018).

9.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

9.4. A qualificação técnica mínima dos profissionais que prestarão os serviços a serem contratados e a descrição desses mesmos serviços encontram-se nos Apenso III e IV deste Termo de Referência.

10 - GARANTIA:

Não há necessidade de garantia.

11 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Não há necessidade de assistência técnica.

12 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:

Não há necessidade de critérios de aceitabilidade.

13 - PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO E PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO / REFAZIMENTO:

Prazo de Entrega / Execução: 24 meses, contados do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Serviço.

Prazo de Substituição / Refazimento: Não se aplica.

14 - LOCAL DE ENTREGA / DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

14.1. Os locais de prestação dos serviços encontram-se discriminados no Apenso II deste Termo de Referência, podendo a Contratante, de acordo com o seu interesse e com a demanda, alterar, acrescentar ou extinguir locais, mediante comunicado à futura Contratada.

15 - VIGÊNCIA CONTRATUAL:

15.1. O contrato advindo deste processo licitatório, cujo objeto tem por características a continuidade e a alta complexidade, vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo haver prorrogação mediante a celebração de termo aditivo, observado o inciso II do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93, a critério da Contratante e no interesse das partes, desde que os serviços estejam sendo prestados de forma satisfatória e em condições compatíveis com os preços de mercado. Como uma vigência mais extensa proporciona a consecução de preços e condições mais vantajosas para esta Instituição, optou-se pelo retromencionado período. A isso soma-se o fato de que a execução de um contrato com duração maior traz redução de custos, uma vez que será preciso elaborar menos termos aditivos de prorrogação, os quais por si mesmos demandam elevado tempo e gastos da Administração, haja vista a considerável quantidade de subprocedimentos para sua elaboração.

15.2. Com a finalidade de se acertarem as demissões de terceirizados que porventura ocorram na transição dos contratos, assim como para que se mantenha constante a prestação de serviço; estabelecer-se-á no contrato que, a critério da Contratante, a vigência poderá ter início em até 60 (sessenta) dias da data de assinatura do contrato.

15.3. À Contratada caberá reajustar as planilhas de custos, mediante repactuação, aplicando as correções previstas no(s) acordo(s) ou convenção(ões) coletivos referente(s) ao ano de início da execução do contrato.

15.3.1. Deverão ser mantidos os pisos previstos em acordo ou convenção coletiva de trabalho do ano de início da execução do contrato para as categorias que os tenham como base.

15.3.2. Para as categorias que estiverem com salários acima do piso deverá(ão) ser aplicado(s) os percentual(is) de reajuste previsto(s) no(s) respectivo(s) acordo(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho, caso a contratação não ocorra no ano de 2019.

16 - POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:

Trata-se de serviço essencial a ser executado de forma contínua. Por isso, poderá ser prorrogado até o limite legal.

17 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

Não há cronograma cadastrado.

18 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

18.1. QUANTITATIVO, REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS DO LICITANTE VENCEDOR

18.1.1 Em processos licitatórios de alta complexidade, como no presente caso, cuja fase de planejamento, prévia à licitação, costuma demandar meses e eventualmente anos, existe a flagrante possibilidade de alterações normativas durante o seu desenvolvimento, as quais podem vir a acarretar modificações nas planilhas de custos.

Logo, revela-se de todo contraproducente e atentatório ao princípio constitucional da eficiência administrativa a atualização permanente das alíquotas dos impostos e das normas decorrentes de acordos ou convenções coletivos de trabalho incidentes sobre o objeto desta licitação. Com efeito, admitindo-se o contrário, os agentes públicos responsáveis pelo planejamento deste processo chegariam ao extremo de, a

todo momento, terem que pesquisar eventuais alterações normativas relativas a praticamente todos os municípios do Estado de Minas Gerais.

Diante disso, eventuais mudanças nas alíquotas tributárias ou em outras rubricas decorrentes de inovação legal ou de novos acordos ou convenções coletivas não acarretarão mudanças no Edital e seus anexos durante a fase externa do processo licitatório. Eventuais ajustes nas planilhas de custos decorrentes das mudanças retrocitadas serão realizados após a assinatura contratual, no intuito de se recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e adequá-lo à realidade normativa vigente. Salienta-se que a disputa não restará prejudicada, posto que o direito de revisão do licitante vencedor está garantido e que a licitação dar-se-á de maneira isonômica, tendo em vista que os participantes disputarão apenas o lucro e as despesas indiretas.

18.1.2. O quantitativo de empregados que poderão ser alocados nos setores da Contratante encontra-se previsto no Apenso I. A remuneração dos profissionais, por sua vez, encontra-se discriminada no Apenso V – Memória de Cálculo dos Custos da Contratação e do Apenso VI – Planilha de Estimativa de Custos e de Composição de Preços da Contratação.

18.1.3. O padrão adotado na definição do salário, da maior parte das categorias, foi o piso previsto nas respectivas convenções coletivas de trabalho. Por outro lado, os salários que se encontram acima do teto justificam-se pelas particularidades da Contratante e pelas exigências diferenciadas de atribuições do profissional, realçadas com o desenvolvimento de estudos sobre o tema. Para outras funções, em especial as de manutenção de instalações (bombeiros, eletricitistas, por exemplo), adaptou-se a prestação do serviço à realidade do mercado, o que permitirá à Contratada disponibilizar profissionais técnicos mais capazes e comprometidos com as necessidades da Contratante.

18.1.4. Em relação à previsão de limpeza dos ambientes, adotar-se-ão jornadas proporcionais, com base na área física a ser limpa, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência do serviço e das condições do local da sua execução. Utilizaram-se as experiências e parâmetros aferidos e resultantes do CT nº.099/2015 para definição das produtividades da mão de obra, em face das características das áreas a serem limpas, consoante discriminado no Apenso I.

Desta feita, definiu-se:

Servente de limpeza	Área interna	Área externa
220h/mês	A partir de 600,00m ²	A partir de 1200,00m ²
150h/mês	De 409m ² a 599,99m ²	De 818m ² a 1199,99m ²
110h/mês	De 300,00m ² a 408,99m ²	De 600,00m ² a 817,99m ²
55h/mês	Até 299,99m ²	Até 599,99m ²

18.1.5. A distribuição do efetivo de pessoal nas unidades de prestação de serviços poderá ser alterada conforme a demanda de cada local e por determinação do Gestor do contrato, e qualquer alteração ficará sujeita à sua prévia análise e aprovação.

18.1.6. A alocação de empregados poderá ocorrer ao longo do prazo de vigência do contrato, de acordo com a demanda e com a necessidade da Contratante.

18.1.7. A Contratante efetuará o pagamento mensal somente dos serviços efetivamente prestados, conforme o quantitativo de empregados disponibilizados, observando-se, inclusive, a jornada proporcional de trabalho.

18.1.8. As jornadas de trabalho dos serventes de limpeza serão obrigatoriamente estipuladas em consonância com a tabela retromencionada.

18.1.9. Na ocorrência de aumento ou diminuição da área a ser limpa, caberá à Contratante solicitar a alteração da jornada de trabalho, de modo a readequar a proporção.

18.1.10. Diante da crescente demanda por serviço de copeiragem em setores do Ministério Público, em especial no interior do estado, assim como da necessidade de se evitar desvio de função; os serventes de limpeza poderão cumular a função de copeiro. Os critérios para a estipulação do tempo dispendido com o

acúmulo decorrem de experiências e parâmetros aferidos e resultantes do CT nº.099/2015, definindo-se a produtividade da mão de obra (jornada de trabalho) em face das características das áreas a serem limpas.

Daí tem-se que:

SERVENTE DE LIMPEZA	ÁREA	BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL POR ACÚMULO DE FUNÇÃO DE COPEIRO
220h/mês	A partir de 600,00m²	2 horas diárias
150h/mês	De 409m² a 599,99m²	1h e 30 minutos diários
110h/mês	De 300,00m² a 408,99m²	1 hora diária
55h/mês	Até 299,99m²	30 minutos diários

18.2. DO PREÇO ESTIMADO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.2.1. O preço máximo admitido (anual) para a contratação é de R\$ 109.413.354,83, o qual é composto das seguintes parcelas, cujos valores máximos foram obtidos da forma descrita no quadro abaixo:

DESPESA	FORMAÇÃO DO PREÇO*
Remunerações de almoxarife, ascensorista, auxiliar de arquivo, auxiliar de cadastro e expedição, auxiliar de manutenção predial, bombeiro hidráulico, carregador, contínuo, copeiro, cozinheiro, digitador, eletricitista, garçom, jardineiro, lavador de veículos, manobrista, marceneiro, motorista, operador de máquina reprográfica, pedreiro, pintor, porteiro, recepcionista, supervisor de manutenção de veículos, técnico de manutenção de equipamentos de áudio e vídeo, técnico de manutenção eletrônica, telefonista, de encarregado de limpeza, limpador de vidros e servente de limpeza.	Convenções coletivas de trabalho e pesquisa de mercado.
Seguro de vida em grupo, PAT/PAF/PQM	Previsão em convenções coletivas de trabalho.
Encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC, INCRA, salário educação, FGTS, RAT, SEBRAE)	Aplicação das porcentagens previstas na legislação atinente à respectiva matéria. Valores diretamente relacionados às remunerações.
13º salário e adicional de férias	Aplicação das porcentagens previstas na legislação atinente à respectiva matéria. Valores diretamente relacionados às remunerações.
Produtos de limpeza, materiais de consumo, máquinas, equipamentos, uniformes e EPI's	Pesquisa de mercado.
Custos de profissional ausente	Porcentagens e consequentes valores baseados nos índices do manual da SLTI/MPOG.
Rescisões de contratos de trabalho	Porcentagens e consequentes valores baseados nos índices do manual da SLTI/MPOG.
Diárias	Cálculo de estimativa de gastos com base no contrato atual e no tipo de função (apoio, limpeza e motorista).
Vale-alimentação	Valores estipulados por convenções coletivas de trabalho e quantidade fornecida de acordo com dados estatísticos calculados pela contratante.
Vale-transporte	Quantidade fornecida de acordo com dados estatísticos da contratante e aplicação da lei nº

	7.418/1985. Parâmetro de valores: Belo Horizonte para os postos da capital; Contagem para os demais postos.
Tributação	Aplicação das alíquotas previstas na legislação sobre a matéria.

*** O detalhamento das despesas que formam o preço encontra-se no Memorial de Cálculos (Apenso V deste Termo de Referência).**

18.2.2. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) e suas equivalentes nos exercícios seguintes:

1091.03.122.701.2.009.0001.3.3.90.37.01 – fonte 10.1

1091.03.122.701.2.009.0001.3.3.90.37.02 – fonte 10.1

4451.03.061.738.4256.0001.3.3.90.37.02 – fonte 60.1

18.3. CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

18.3.1. As condições, características, procedimentos de faturamento e pagamento dos serviços a serem contratados encontram-se elencados na Minuta de Contrato (Anexo I do Edital) e demais apensos deste Termo de Referência.

18.4. DA CONTA VINCULADA

18.4.1. A adoção da conta vinculada baseia-se na proposta de aperfeiçoamento da execução e da fiscalização dos contratos de terceirização celebrados pela Procuradoria-Geral de Justiça; de aumento do controle e otimização dos recursos financeiros destinados pela Administração Pública à terceirização de serviços e de proteção a direitos trabalhistas dos prestadores de serviço contratados pelas empresas terceirizadas.

18.4.2. Sua implementação baseia-se no princípio constitucional da eficiência e atende ao interesse público porquanto resguarda a Administração de responsabilização por dívidas trabalhistas, afastando a possibilidade de sacrifício do erário pelo pagamento duplo, em caso de inadimplemento, pela empresa Contratada, das obrigações advindas dos direitos abarcados pela conta: férias, 1/3 de férias, 13º salário e multa sobre o FGTS e encargos sobre esses benefícios.

18.4.3. Esse tipo de conta ainda permitirá à Procuradoria-Geral de Justiça aprimorar tanto o controle de seu orçamento quanto o planejamento de gastos com os serviços terceirizados.

18.4.4. Lado outro, por tratar-se a conta vinculada de nova modalidade de pagamento de despesas no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, caso sua operacionalização se revele prejudicial ao interesse público e lesiva ao erário, tão somente à Contratante, mediante demonstração inequívoca do dano, facultar-se-á o direito de alterar as disposições contratuais, podendo inclusive proceder ao cancelamento da referida conta.

18.4.5. Todas as disposições referentes à conta vinculada encontram-se no Apenso VII do presente Termo de Referência.

19 - DEVERES DO CONTRATADO E DA CONTRATANTE:

19. VEDAÇÕES

19.1. Será expressamente vedado à futura empresa contratada:

19.1.1. Contratar empregado que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Ministério Público.

19.1.1.1. Facultar-se-á à Contratada a adoção de restrição quanto à contratação de candidato que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, consanguíneo ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de outro empregado dela.

19.1.2. Alocar trabalhador autônomo ou equiparado para a prestação de serviços na Contratante.

19.1.3. Subcontratar o serviço, sob pena de aplicação de sanções administrativas ou rescisão contratual, exceto quanto ao fornecimento de materiais de limpeza e higiene pessoal

19.1.4. Caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira.

19.1.5. Interromper a execução dos serviços sob a alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

19.1.6. Responsabilizar a Contratante por compromisso assumido pela Contratada com terceiros, envolvendo ou não os empregados alocados na prestação dos serviços.

19.1.7. Disponibilizar para prestar serviço à Contratante supervisores ou encarregados que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução 177/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público.

19.1.7.1. A Contratante poderá solicitar comprovação ou declaração de não incidência.

19.2. DO GERENCIAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

19.2.1. O Coordenador da Diretoria de Terceirização da Contratante ou servidor por ele indicado será o Gestor, ao qual caberá acompanhar a execução do contrato, e o servidor indicado pela coordenação administrativa de cada unidade recebedora dos serviços será designado Fiscal, em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93.

19.2.2. Caberá ao Gestor do contrato:

19.2.2.1. Coordenar as atividades de fiscalização e gerir as questões administrativas envolvendo a execução contratual.

19.2.2.2. Requisitar a contratação de prestador de serviço, após aprovação do ordenador de despesas, conforme a conveniência, necessidade e disponibilidade orçamentária da Contratante.

19.2.2.3. Prestar orientações ao(s) fiscal(ais) auxiliar(es) acerca da execução contratual, e dos deveres e direitos do(s) empregado(s) terceirizado(s).

19.2.2.4. Comunicar à Administração Superior qualquer irregularidade que ultrapasse o âmbito de sua competência.

19.2.2.5. Acompanhar, por meio de instrumentos de controle, a execução do contrato, abrangendo, quando for o caso, os seguintes aspectos:

- a) os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação da qualidade exigida;
- b) a qualidade dos equipamentos e materiais utilizados;
- c) o cumprimento das demais obrigações contratuais;
- d) a satisfação do público usuário.

19.2.2.6. Manter registro das ocorrências que envolvam os empregados e o serviço prestado, adotando providências para regularização dos vícios ou incorreções detectados.

19.2.2.7. Gerenciar o fornecimento de materiais e equipamentos com o auxílio dos fiscais de cada unidade da Contratante.

19.2.2.8. Prestar informações à Administração Superior sobre o contrato e/ou fatos que interfiram na regular prestação do serviço, inclusive em casos de aplicação de sanções.

19.2.2.9. Solicitar à Contratada a adoção de medidas cabíveis sempre que constatada alguma falha ou inexecução das cláusulas contratuais.

19.2.2.10. Fiscalizar o cumprimento, pela Contratada, das obrigações e dos encargos sociais e trabalhistas dos empregados disponibilizados nas unidades da Contratante.

19.2.2.11. Comunicar à Superintendência de Gestão Administrativa, em tempo hábil, qualquer ocorrência que possa ensejar a aplicação de penalidades.

19.2.2.12. Subsidiar a Administração com informações relativas ao contrato ou a fatos que repercutam na execução contratual, inclusive quanto à aplicação de sanções;

19.2.2.13. Fiscalizar o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela Contratada, no que se refere aos empregados alocados na prestação dos serviços.

19.2.2.14. Manifestar quanto aos atos de Administração relativos à execução do contrato, sempre que solicitado e com antecedência razoável, em especial quanto à alteração, prorrogação e repactuação.

19.2.2.15. Receber o objeto do contrato e atestar a regular execução, encaminhando o documento fiscal para pagamento.

19.2.2.15.1. A avaliação regular e mensal dos serviços prestados, realizada pelo fiscal designado, é documento indispensável para que o Gestor ateste a nota fiscal.

19.2.2.16. Exigir da Contratada, até dez dias após o último mês de prestação de serviços, em decorrência da extinção ou da rescisão do contrato, termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados terceirizados, devidamente homologados pelo sindicato da categoria, quando exigível, acompanhados das cópias autenticadas em cartório, ou cópias simples acompanhadas dos originais no local de recebimento.

19.2.2.17. Conferir, antes da autorização de liquidação da despesa, a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

19.2.3 – Caberá ao Fiscal do contrato:

19.2.3.1. Zelar pela regular execução do contrato em sua unidade administrativa.

19.2.3.2. Buscar orientações com o Gestor acerca de providências ou procedimentos relacionados ao contrato.

19.2.3.3. Solicitar providências ao Gestor e/ou Preposto da Contratada, a fim de garantir a execução satisfatória do contrato.

19.2.3.4. Acompanhar a regularidade da frequência e do uso do uniforme pelo prestador de serviço.

19.2.3.5. Verificar, mediante consulta ao empregado, a regularidade de fornecimento de vale-alimentação e vale-transporte.

19.2.3.5. Avaliar, mensalmente, por meio do preenchimento de formulário(s) próprio(s), a qualidade dos serviços prestados, apontando qualquer irregularidade, inclusive faltas de empregados e ausências de coberturas

19.2.3.5.1. Havendo urgência, deverá o servidor-fiscal contatar o Gestor do contrato por telefone ou e-mail para solicitar providências, informações ou orientações sobre o caso.

19.2.3.6. Fornecer, ao Gestor, dados e informações para análise da qualidade dos serviços, sem prejuízo da avaliação mensal de serviços.

19.2.3.7. Conferir e acompanhar estoque de materiais, produtos, ferramentas e equipamentos, conforme previsto no contrato, comunicando ao gestor a ocorrência de falta ou excesso de itens necessários à execução satisfatória do contrato.

19.2.3.8. Justificar fundamentadamente eventual pedido de substituição de empregado.

19.2.3.9. Apresentar ao Gestor sugestões para redução dos custos dos serviços terceirizados.

19.2.3.10. Prestar informações ao Gestor sempre que solicitado.

19.2.3.11. Exercer outras atribuições correlatas e imprescindíveis à boa execução do contrato.

19.2.4 – Do Acompanhamento da Execução do Contrato:

19.2.4.1. A Contratada deverá manter pelo menos um Preposto na sede administrativa da Contratante, no período de 7 horas às 19 horas, em dias úteis, para gerenciar os profissionais envolvidos na prestação dos serviços, bem como representá-la na execução contratual, nos termos do art. 68 da Lei Federal nº. 8.666/93.

19.2.4.1.1. A indicação do(s) Preposto(s) pela Contratada ocorrerá através de declaração escrita, contendo o nome completo, número do CPF, do documento de identidade, do telefone celular e e-mail de contato, além dos dados relacionados à qualificação profissional do(s) empregado(s) indicado(s).

19.2.4.1.1.1 É vedada a indicação como Preposto de empregado que prestará serviços nas dependências da Contratante.

19.2.4.1.2. O(s) Preposto(s) deverá(ão) ter competência para representar a Contratada e, por isso, a ele(s) caberá receber comunicações, prestar todos os esclarecimentos que lhe(s) for(em) solicitado(s) e tomar decisões sobre a execução do contrato. Deverá(ão), ainda, reportar-se ao Gestor e/ou Fiscal para tratar de questões envolvendo o objeto contratado.

19.2.4.2. A Contratada deverá disponibilizar Prepostos para visitas pelo menos mensais às unidades no interior do estado.

19.2.4.2.1. Caso a Contratada entenda ser necessário, as visitas poderão ser realizadas em intervalos mais curtos, mas nunca superiores ao previsto no item 19.2.4.2.

19.2.4.2.2. Poderá ser requisitada visita do Preposto em intervalo menor, por motivo de urgência ou força maior.

19.2.4.2.3. Os deslocamentos do(s) Preposto(s) correrão às expensas da Contratada.

19.2.4.3. O(s) Preposto(s) indicado(s) pela Contratada deverá(ão) comandar, coordenar, supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, cabendo-lhe no exercício de seu cargo:

19.2.4.3.1. Assegurar o cumprimento das obrigações legais e contratuais, especialmente a prestação contínua dos serviços, acatando as orientações advindas da Contratante para a fiel execução do objeto contratado.

19.2.4.3.2. Administrar toda e qualquer questão que envolva a prestação dos serviços nas dependências das unidades da Contratante.

19.2.4.3.3. Zelar pela disciplina dos empregados alocados na prestação dos serviços.

19.2.4.3.4. Diligenciar para que os funcionários sob sua responsabilidade cumpram regularmente as tarefas pertinentes ao objeto contratado, sendo vedados o desvio de função e a realização de tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.

19.2.4.3.5. Orientar e exigir que os empregados ajam com cordialidade e respeito no trato com o público interno e externo.

19.2.4.3.6. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer irregularidade ou anormalidade observada na unidade visitada.

19.2.4.3.7. Comunicar à Contratante, por escrito, logo após o conhecimento do fato, qualquer ocorrência de avaria, furto, roubo ou extravio de materiais, equipamentos e objetos de propriedade da Contratante ou de terceiros, que estejam sob a sua responsabilidade.

19.2.4.3.8. Apurar o possível envolvimento de seus empregados em ocorrências relacionadas com avaria, furto, roubo ou extravio de bens nas unidades de prestação dos serviços, aplicando, quando for o caso, as sanções previstas em lei, sem prejuízo das medidas adotadas pela Contratante.

19.2.4.3.9. Encaminhar ao Gestor todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e à fiscalização da prestação dos serviços.

19.2.4.4. A Contratada deverá manter escritório na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

19.2.4.5. A Contratada será responsável pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, respondendo por quaisquer danos ou irregularidades constatadas, inclusive a terceiros, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada pela Contratante.

19.2.4.5.1. Não haverá corresponsabilidade da Contratante na ocorrência de danos ou irregularidades na execução do contrato.

19.2.4.6. A Contratante notificará, por escrito, o descumprimento de qualquer obrigação contratual que seja de responsabilidade da Contratada, bem como as deficiências e as irregularidades de qualquer natureza verificadas na execução dos serviços, estabelecendo prazo para as correções, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.2.4.6.1. As notificações da Contratante serão encaminhadas ao(s) representante(s) legal(ais) da Contratada ou ao(s) Preposto(s) por ela indicado(s).

19.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

19.3.1. As obrigações que serão assumidas pela Contratada e pela Contratante são as constantes da Minuta de Contrato (Anexo I do Edital) e demais apensos deste Termo de Referência.

19.3.2. Além das obrigações previstas na Minuta de Contrato (Anexo I do Edital) e nos apensos deste instrumento, a Contratada deverá, ainda, durante a execução dos serviços, zelar pela observância das seguintes obrigações:

19.3.2.1 Da instalação e da manutenção de dispensadores/suportes de papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido

19.3.2.1.1. A contratada deverá instalar, onde não houver (quando necessário para utilização completa do produto), até 30 (trinta) dias após a data de início do contrato, os dispensadores/suportes para sabonete líquido tipo espuma e os dispensadores/suportes para o papel higiênico e para o papel toalha, em conformidade com as especificações existentes no Apenso XII, de modo a permitir a perfeita utilização e evitar o desperdício, de acordo com o número de banheiros, vasos sanitários e pias.

19.3.2.1.2. Os equipamentos, inclusive todos os acessórios, deverão estar em perfeitas condições de funcionalidade de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações prediais do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

19.3.2.1.3. Os dispensadores/suportes deverão ser substituídos, sem ônus para a Contratante, sempre que necessário, em no máximo 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da notificação formal, seja por desgaste natural ou defeito, que impossibilite sua perfeita utilização, ou por extravio.

19.3.2.1.3.1. As despesas decorrentes da coleta/recolhimento dos dispensadores/suportes e a reinstalação destes serão exclusivas da contratada.

19.3.2.1.3.1.1 A guarda destes equipamentos são de responsabilidade exclusiva da contratada.

19.3.2.2 Do fornecimento de materiais de higiene pessoal

19.3.2.2.1 Os materiais de higiene pessoal deverão ser entregues devidamente lacrados, com rótulos legíveis que indiquem sua composição, prazo de validade, marca e as demais especificações necessárias à ação fiscalizadora. No Apenso XII intitulado “Especificações dos quantitativos de materiais de higiene pessoal – kits e localidades”, há informações do kit a ser fornecido em cada localidade. Esses kits deverão ser fornecidos em conformidade com os quantitativos descritos abaixo:

KIT 1: 6 UNIDADES DE SABONETE, 1 CAIXA DE PAPEL HIGIÊNICO E 1 CAIXA PAPEL TOALHA

KIT 2: 12 UNIDADES DE SABONETE, 2 CAIXAS DE PAPEL HIGIÊNICO E 2 CAIXAS PAPEL TOALHA

KIT 3: 18 UNIDADES DE SABONETE, 3 CAIXAS DE PAPEL HIGIÊNICO E 3 CAIXAS PAPEL TOALHA

KIT 4: 24 UNIDADES DE SABONETE, 4 CAIXAS DE PAPEL HIGIÊNICO E 4 CAIXAS DE PAPEL TOALHA

KIT 5: 30 UNIDADES DE SABONETE, 5 CAIXAS DE PAPEL HIGIÊNICO E 5 CAIXAS PAPEL TOALHA

KIT 6: 24 UNIDADES DE SABONETE, 6 CAIXAS DE PAPEL HIGIÊNICO E 10 CAIXAS PAPEL TOALHA

KIT 7: 24 UNIDADES DE SABONETE, 8 CAIXAS DE PAPEL HIGIÊNICO E 6 CAIXAS PAPEL TOALHA

KIT ESPECÍFICO: 102 UNIDADES DE SABONETE, 95 CAIXAS DE PAPEL HIGIÊNICO E 104 CAIXAS DE PAPEL TOALHA.

19.3.2.2.2 Trimestralmente, será analisada a necessidade de aumento ou de diminuição de quantitativo de materiais de higiene fornecido nas comarcas do interior e da Capital visando ao reequilíbrio econômico-financeiro.

19.3.2.1. Do Fornecimento de uniformes e EPI's:

19.3.2.1.1. Fornecer, obrigatoriamente, sem ônus para seus empregados e mediante recibo destes, uniformes adequados para que se apresentem dentro de padrões recomendáveis para a prestação dos

serviços, conforme especificações e quantidades dispostas nos Apensos III e VIII deste Termo de Referência.

19.3.2.1.2. Substituir empregados que reiteradamente descumprirem a obrigação de uso de uniforme nas dependências da Contratante.

19.3.2.1.3. Submeter à prévia análise da Contratante o modelo dos uniformes que serão disponibilizados aos empregados, para sua aprovação ou propositura de alterações que se fizerem necessárias.

19.3.2.1.4. Distribuir 1 (um) conjunto de uniforme por empregado no ato de sua admissão e outro a cada 06 (seis) meses de prestação de serviços.

19.3.2.1.4.1. O fornecimento de uniformes e de EPIs aos empregados substitutos correrá às expensas da Contratada.

19.3.2.1.4.2. O empregado substituto deverá usar pelo menos o uniforme e os EPIs padrões da Contratada.

19.3.2.1.4.3. Mediante prévia comprovação formal da necessidade e com a concordância da Contratante, poderá a Contratada fornecer peça(s) do conjunto de uniforme a seus empregados com periodicidade inferior a 06 (seis) meses;

19.3.2.1.5. Fornecer, além do conjunto de uniforme e sem ônus aos seus empregados, todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC exigidos pelas normas de segurança do trabalho e adequados ao risco, além de rigorosamente fiscalizar seu uso.

19.3.2.1.5.1. Os treinamentos de uso dos equipamentos de proteção, sempre que necessários, serão custeados e realizados pela Contratada.

19.3.2.1.5.2. As quantidades e especificações dos equipamentos de proteção individual e coletiva poderão ser alteradas pelas partes por superveniência de lei, acordo ou convenção coletiva.

19.3.2.1.6. Tomar providências que entenda pertinentes em relação a empregados que de modo reiterado descumpram a obrigação de uso de EPIs e/ou EPCs.

19.3.2.2. Da disponibilização de base de dados informatizada:

19.3.2.2.1. Fornecer à Contratante base de dados informatizada dos empregados alocados contendo, no mínimo, os seguintes dados cadastrais: nome completo, data de nascimento, matrícula, cargo, data de admissão, lotação, fotografia, número do CPF e do documento de identidade, número do PIS e endereço residencial;

19.3.2.2.1.1. O fornecimento deverá ocorrer mensalmente, através de DVD/CD ou por meio de transferência via internet;

19.3.2.2.1.2. A base de dados deverá ser fornecida em formato de planilha ou banco de dados SQL;

19.3.2.2.1.3. O procedimento descrito nos subitens acima poderá ser substituído por meio de liberação de acesso de consulta à base de dados via sistema web.

19.3.2.3. Das férias, afastamentos e substituições de empregados:

19.3.2.3.1 Encaminhar ao gestor do contrato, com no mínimo 60 (setenta) dias de antecedência da data de gozo, a escala de férias de seus empregados;

19.3.2.3.1.1. A contratada deverá instruir seus empregados a informar ao setor onde prestam serviço acerca do agendamento de suas férias, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias anteriores ao início do respectivo gozo.

19.3.2.3.1.2. As alterações de férias de empregados da Contratada, quando solicitadas pela Contratante, dependerão de autorização expressa do Gestor do contrato e vincular-se-ão ao interesse público;

19.3.2.3.1.3. É vedado à Contratante intervir na escala de férias para atender a interesse particular de prestador de serviço;

19.3.2.3.1.3.1. O critério de marcação de férias será em consonância com o art. 136 da CLT;

19.3.2.3.2. Registrar as ocorrências de férias e efetuar a(s) substituição(ões) do(s) empregado(s), limitada ao período efetivo de afastamento para gozo de férias, sendo vedada a prorrogação da jornada de trabalho dos empregados já alocados nas unidades da Contratante (dobra);

19.3.2.3.2.1. Caso ocorra(m) substituição(ões) de empregado(s) no gozo de férias regulamentares nos 12 (doze) primeiros meses da data da assinatura do contrato de prestação de serviços, a Contratante efetuará o pagamento proporcional ao efetivo período de prestação de serviços em suas unidades;

19.3.2.3.3. Adotar as medidas administrativas e legais necessárias ao cumprimento da solicitação da Contratante relativa à concessão de férias coletivas a determinadas categorias, quando se revelar conveniente ao interesse público;

19.3.2.3.3.1. Havendo férias coletivas, a Contratada não efetuará a substituição dos empregados em gozo de férias;

19.3.2.3.4. Providenciar, no prazo de 1 (um) dia útil, a partir da comunicação formal (e-mail ou ofício) da Contratante, as substituições de empregados que se ausentarem de suas atividades, observando-se a qualificação profissional exigida no contrato;

19.3.2.3.4.1. Nos casos de ausências programadas, a substituição deverá ocorrer na data do afastamento;

19.3.2.3.5. Encaminhar à Contratante, através do(s) empregado(s) substituto(s), formulário próprio de apresentação, onde constará obrigatoriamente, o nome completo, a qualificação profissional, o nome do empregado substituído, o motivo da substituição e, quando possível, a data de início e término da substituição;

19.3.2.3.6. Substituir o empregado cuja apresentação, saúde, conduta moral ou profissional sejam consideradas prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias;

19.3.2.3.7. Afastar das dependências da Contratante, imediata e preventivamente, o empregado suspeito de cometer falta disciplinar grave, ou que venha a ameaçar ou colocar em risco a segurança pessoal ou patrimonial;

19.3.2.3.8. Excluir do faturamento mensal os valores correspondentes aos dias de faltas dos empregados, assim como os referentes a salários e encargos de empregados a partir da data em que foram colocados à disposição pela Contratante;

19.3.2.3.8. Os valores correspondentes aos dias de trabalho de empregados em gozo de benefícios previdenciários em razão de afastamentos legais deverão também ser excluídos.

19.3.2.4. Da prestação de seguro de vida aos empregados:

19.3.2.4.1. Providenciar, às suas expensas, seguro de vida em grupo, nele abrangido auxílio-funeral e auxílio-familiar, nos moldes previstos em acordo(s), convenção(ões) ou dissídio(s) coletivo(s) de trabalho, para todos os prestadores de serviço que estejam laborando nas unidades da Contratante, devendo apresentar os comprovantes de contratação e de pagamento do prêmio no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do início da prestação do serviço.

19.3.2.4.1.1. O(s) comprovante(s) de pagamento(s) do(s) prêmio(s) deverá(ão) ser enviado(s) à Contratante juntamente com a relação de empregados segurados, até o último dia útil do mês subsequente ao evento.

19.3.2.4.1.2. O seguro deverá vigorar durante todo o período de execução contratual, sendo igualmente obrigatória a apresentação dos comprovantes respectivos quando ocorrer sua renovação, no prazo de 48 (quarenta e oito horas).

19.3.2.5. Do encaminhamento mensal de documentos à Contratante:

19.3.2.5.1. Encaminhar, até o último dia útil do mês subsequente ao evento, sem prejuízo das demais obrigações constantes neste contrato, os seguintes documentos de pagamento ou fornecimento ou ocorrência, devidamente acompanhados de planilhas (Excel ou similar) que discriminem, além dos valores e das quantidades, o tipo de despesa e a pessoa a que esta se refira:

19.3.2.5.1.1. Relação mensal emitida pela empresa fornecedora dos vales-lanche (ou vale-alimentação) de compra e recarga a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante de fornecimento dos vales-lanche (ou vale-alimentação), separado por localidade da prestação de serviços;

19.3.2.5.1.2. Relação mensal emitida pela empresa fornecedora dos vales-transportes de compra e recarga, a qual deverá conter o nome do beneficiário e o montante creditado, ou comprovante do depósito efetuado diretamente na conta bancária do profissional nos locais que não exista bilhetagem eletrônica ou outro meio documental hábil previamente aprovado pelo Gestor;

19.3.2.5.1.3. Comproverantes de pagamento(s), ao(s) sindicato(s) respectivo(s), de PAF/PAST/PQM e/ou certidão negativa de débito sindical, além de declaração assinada pelo representante legal da empresa de que: os valores pagos nas guias referem-se (também) aos empregados disponibilizados para a prestação do serviço, em atenção ao contrato celebrado com a Procuradoria-Geral de Justiça, e de que eventuais divergências apuradas pelos sindicatos no que tange aos recolhimentos são de exclusiva responsabilidade do declarante;

19.3.2.5.1.4. Cópia(s) do(s) documento(s) de recebimento do uniforme/EPC/EPI, sem rasura, no(s) qual(is) deverá(ão) constar data e assinatura do(s) empregado(s) contemplado(s);

19.3.2.5.1.5. Cópia(s) do(s) documento(s) de fornecimento de materiais de consumo, produtos de limpeza, material de higiene pessoal, máquinas e equipamentos, sem rasura, no(s) qual(is) deverá(ão) constar data e assinatura do(s) servidor(es) responsável(is) pelo recebimento dos bens;

19.3.2.5.1.6. Documentação prevista no subitem 22.5.7 deste Termo de Referência;

19.3.2.5.1.7. Documentação prevista no subitem 19.3.2.4 deste Termo de Referência.

19.3.2.6. Da emissão de notas fiscais:

19.3.2.6.1. Emitir nota fiscal, separadamente, por localidade e por natureza orçamentária da despesa (apoio e limpeza).

19.3.2.6.1.1. Por decisão da Contratante e excepcionalmente, poderá ser autorizada a emissão de nota fiscal também separada por rubrica.

19.3.2.6.1.2. Com a nota fiscal, apresentar o comprovante de entrega, ao Fisco Municipal, da declaração ou documento equivalente acerca dos respectivos serviços prestados, quando for o caso, sem prejuízo da retenção e do recolhimento do ISSQN pela Contratante.

20 - UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL:

Unidade Administrativa Responsável: DIRETORIA DE TERCEIRIZAÇÃO

Servidor Gerenciador/Fiscal do Contrato: ANA REGINA RIBEIRO

Servidor Gerenciador/Fiscal Suplente do Contrato: ELCIO JOSE DOS SANTOS

21 - SANÇÕES:

Serão estabelecidas no edital.

22 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

22. OBJETO E CÓDIGOS DOS SERVIÇOS NO SIAD

22.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização, copeiragem, recepção e apoio operacional -com fornecimento de materiais e insumos-, conforme discriminação dos subitens 22.1.1 e 22.1.2, em unidades do Ministério Público localizadas na capital e no interior do Estado de Minas Gerais, nos termos do Apenso I – Quantitativo de Profissionais, Apenso II – Locais de Prestação dos Serviços e Apenso III – Especificações Técnicas dos Cargos, para as seguintes categorias profissionais:

22.1.1 Serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, de manutenção predial e de motoristas, compreendendo os cargos de almoxarife, ascensorista, auxiliar de arquivo I, auxiliar de arquivo II, auxiliar de cadastro e expedição, auxiliar de manutenção predial, bombeiro hidráulico, carregador, contínuo, copeiro, cozinheiro, digitador, eletricitista, fotógrafo, garçom, jardineiro, lavador de veículos, manobrista, marceneiro, motorista, operador de máquina reprográfica, pedreiro, pintor, porteiro, recepcionista, supervisor de manutenção de veículos I, supervisor de manutenção de veículos II, técnico de manutenção de equipamentos de áudio e vídeo, técnico de manutenção eletrônica, telefonista, com o fornecimento de uniformes e demais insumos necessários.

22.1.2. Serviços de limpeza e conservação, compreendendo os cargos de encarregado de limpeza, limpador de vidros e servente de limpeza, com fornecimento de uniformes, equipamentos, dispensadores/suportes,

utensílios, produtos e materiais de limpeza e de higiene pessoal e demais insumos necessários.

22.1.3. No SIAD, os códigos dos serviços são:

22.1.3.1. 4561 – para limpeza;

22.1.3.2. 4626 – apoio e motoristas.

22.2. REGIME DE EXECUÇÃO

22.2.1. Os serviços objeto do contrato originado da licitação serão contratados para execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, na forma do contrato administrativo correspondente, obedecendo, integralmente, às especificações e aos demais elementos fornecidos pela Contratante e integrantes da proposta do licitante vencedor.

22.3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

22.3.1. A descrição dos serviços dos subitens 22.1.1 e 22.1.2, do item 22.1, encontra-se delineada no rol de atribuições dos cargos que constam no Apenso III – Especificações Técnicas dos Cargos - deste termo.

22.3.2. Com relação ao subitem 22.1.2, deu-se maior detalhamento à forma de prestação dos serviços por meio do Apenso IV – Descrição dos Serviços de Limpeza e Conservação também deste termo.

22.4. JORNADA DE TRABALHO

22.4.1. A jornada de trabalho para cada cargo é a prevista no Apenso III deste Termo de Referência.

22.4.2. A fiscalização do cumprimento integral da jornada de trabalho dos empregados e a orientação em relação à marcação do ponto serão realizadas pela Contratada, conforme peculiaridades do local da prestação dos serviços. A Contratante, por meio de seus fiscais, atuará em conjunto com a Contratada, auxiliando, no que couber, o trabalho dos prepostos.

22.4.3. Quando da execução do contrato, deverá a futura Contratada:

22.4.3.1. Assegurar que cumpram integralmente a jornada de trabalho e os horários estabelecidos para a prestação de serviços à Contratante, em conformidade com as leis trabalhistas, vedada a alteração do horário de trabalho sem autorização, por escrito, da Contratante.

22.4.3.2. A carga horária semanal será cumprida de segunda a sexta-feira, nos termos da legislação trabalhista, salvo para a função de porteiro 12x36h e para prestadores de serviço em unidades onde haja expediente aos sábados.

22.4.3.3. Assegurar que seus empregados não executem os serviços contratados em dias e/ou horários distintos dos previamente estabelecidos, salvo se houver solicitação formal (e-mail ou ofício) do Gestor e observada a legislação trabalhista.

22.4.3.4. Exercer, por meio de seu(s) Preposto(s), o controle diário da frequência e da pontualidade dos empregados disponibilizados, independente do acompanhamento e fiscalização realizados pela Contratante.

22.4.3.5. Permitir a ausência dos empregados somente nos casos previstos em lei, providenciando-se a substituição, se necessário for, no primeiro dia útil subsequente ao início do afastamento, para garantia da continuidade dos serviços.

22.4.3.6. Nos casos de ausências programadas, a substituição deverá ocorrer na data do afastamento.

22.4.3.7. Proibir a prorrogação da jornada normal de trabalho dos empregados alocados.

22.5. ADIANTAMENTO DE DESPESAS EM VIAGEM

22.5.1. À Contratada caberá a concessão de adiantamento financeiro, a título de diárias, aos empregados disponibilizados na prestação dos serviços, conforme as regras a seguir estabelecidas:

22.5.2. Os valores das diárias destinam-se ao pagamento de despesas realizadas com alimentação e hospedagem pelos empregados que, em razão do serviço, efetuam deslocamentos para fora de sua sede.

22.5.3. A Contratante solicitará os adiantamentos financeiros com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data da viagem e o valor correspondente deverá ser creditado ao empregado até o dia anterior ao início do deslocamento.

22.5.3.1. No caso de viagens emergenciais, assim qualificadas pelo Gestor, o adiantamento financeiro deverá ser efetuado em até 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação formal (e-mail) da Contratante.

22.5.4. O valor do adiantamento financeiro será de R\$209,00 (duzentos e nove reais) por empregado para cada pernoite, sendo:

22.5.4.1. R\$78,00 (setenta e oito reais) para despesas com alimentação;

22.5.4.2. R\$131,00 (cento e trinta e um reais) para despesas com hospedagem.

22.5.5. Deverão ser observados os seguintes critérios para concessão de adiantamento financeiro:

22.5.5.1. considera-se sede a comarca onde o empregado estiver lotado;

22.5.5.2. o empregado somente fará jus ao valor integral do adiantamento financeiro quando pernoitar fora de sua sede;

22.5.5.3. o empregado fará jus somente ao valor para despesas com alimentação quando o deslocamento de sua sede tiver duração igual ou superior a 6 (seis) horas e não ocorrer pernoite;

22.5.5.4. fica vedada a concessão de adiantamento financeiro quando o deslocamento do empregado ocorrer entre municípios integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte, nos termos da legislação estadual vigente.

22.5.6. No ato de repasse do valor do adiantamento financeiro será deduzido o valor do tíquete-refeição (vale-alimentação) correspondente aos dias úteis de deslocamento.

22.5.7. A Contratada deverá providenciar mensalmente as prestações de contas dos adiantamentos concedidos, submetendo-as à aprovação da Contratante, devidamente acompanhadas dos seguintes documentos:

22.5.7.1. formulário “Autorização para Circulação de Veículo – ACV”, devidamente preenchido e assinado pelo motorista e pelo usuário do serviço;

22.5.7.2. comprovante de depósito correspondente ao valor da diária, já com desconto da quantia referente ao tíquete-refeição (vale-alimentação);

22.5.7.3. autorização de adiantamento de diária de viagem, emitida pela Contratante.

22.5.8. A Contratante analisará a prestação de contas, aprovando-a, se for o caso, e efetuará comunicação à Contratada para providências relativas ao faturamento. Caso não seja aprovada, comunicará à Contratada fazendo constar os valores efetivamente devidos pela empresa.

22.5.9. Não será concedido adiantamento financeiro quando o empregado dispuser de alimentação e hospedagem, sem ônus, ou incluídas em evento.

22.5.10. A Contratada ficará liberada de realizar adiantamentos financeiros ao(s) empregado(s) que não efetuar(em) a prestação de contas no prazo de 3 (três) dias úteis da data de término da viagem ou acumularem 2 (dois) adiantamentos sem prestação de contas. A Contratada deverá ainda tomar as providências que entender necessárias em relação ao empregado inadimplente.

22.5.11. A Contratante, por meio do Gestor, comunicará a Contratada acerca de eventual cancelamento de viagem para que esta busque junto ao empregado a restituição dos valores correspondentes aos adiantamentos.

22.6. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.6.1. Ao licitante vencedor caberá a apresentação de garantia de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, com validade não inferior a 90 (noventa dias) do encerramento da vigência, haja vista:

22.6.1.1. O valor vultoso desse tipo de contratação;

22.6.1.2. O expressivo impacto do contrato na despesa de custeio da Instituição;

22.6.1.3. O fato de que a terceirização de mão de obra envolve a contratação de empresa que mantém vínculos empregatícios para a execução contratual. Porque é tomadora do serviço, a PGJ/MG é responsável subsidiária e solidária pelo adimplemento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos terceirizados alocados na prestação do serviço. Em face disso, é fundamental que a Administração resguarde-se de inadimplementos;

22.6.1.4. A existência de amparo legal - artigo 56, da Lei de Licitações e Contratos (8.666/1993) – para tal exigência.

22.6.2. Sem prejuízo da garantia a ser apresentada, conforme previsão contratual, configurada a inadimplência da Contratada quanto a obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias, a Contratante procederá ao bloqueio de faturas, cujos créditos serão utilizados no pagamento das referidas obrigações referentes aos trabalhadores que prestam/prestaram serviços nos setores da Contratante.

22.7. DISPOSIÇÕES FINAIS

22.7.1. Com o intuito de facilitar a definição dos lances que serão dados pelos licitantes, estes deverão preencher a Planilha de Lances – Apenso XIV deste Termo de Referência.

22.7.2. As demais condições para participação do certame, critérios de julgamento e outras necessárias à boa prestação dos serviços serão definidas no edital e seus anexos.

22.7.3. As prerrogativas e obrigações decorrentes deste Termo de Referência e do contrato de prestação de serviço não geram qualquer vínculo de natureza empregatícia entre a Contratante e os prestadores de serviço, os Preposto(s) e as demais pessoas designadas pela Contratada para a execução dos serviços.

22.7.4. Compõem este Termo de Referência, dele sendo parte integrante e inseparável, os seguintes apensos, os quais estão disponíveis para download, em arquivos eletrônicos, no site da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, no link www.mpmg.mp.br, “Licitações” – “Processos Licitatórios” ou na Divisão de Licitação, para cópia em CD-R ou CD-RW, apresentando as seguintes partes integrantes:

- Apenso I – Quantitativo de Profissionais; (0036604)
- Apenso II – Locais de Prestação dos Serviços; (0036608)
- Apenso III – Especificações Técnicas dos Cargos; (0036611)
- Apenso IV – Descrição dos Serviços de Limpeza, Conservação e Manutenção Predial; (0036619)
- Apenso V – Memória de Cálculo dos Custos da Contratação; (0036629)
- Apenso VI-A – Planilha de Estimativa de Custos e de Composição de Preços da Contratação – Limpeza; (0036633)
- Apenso VI-B – Planilha de Estimativa de Custos e de Composição de Preços da Contratação – Apoio e Motoristas; (0036637)
- Apenso VII – Da Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação; (0036639)
- Apenso VIII – Preços de Uniformes e EPIs/EPCs; (0036642)
- Apenso IX – Preços de Materiais de Consumo; (0036644)
- Apenso X – Preços de Produtos de Limpeza; (0036647)
- Apenso XI – Preços de Máquinas e Equipamentos – Depreciação Mensal; (0036648)
- Apenso XII - Especificações Mínimas Exigidas para Materiais de Consumo, Produtos de Limpeza, Ferramentais para Jardim, Máquinas e Equipamentos. (0036652)
- Apenso XIII - Especificações dos quantitativos de materiais de higiene pessoal – kits e localidades (0036656)
- Apenso XIV – Planilha de Lances (0036659)

ATENÇÃO: o Apenso VI (Planilha de Estimativa de Custos e de Composição de Preços da Contratação) é composto de dois arquivos, sendo um referente a “Apoio e Motoristas” e o outro, a “Limpeza”.

AUTOR DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Nome: DEBORA CARVALHO FIORATTO

Cargo: OFICIAL DO MINIST. PUBLICO-QP

Unidade Administrativa: DIRETORIA DE TERCEIRIZAÇÃO

MARCOS TOFANI BAER BAHIA

Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo em exercício

Presidente do Grupo Coordenador do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (FEPDC)

CONTRATANTE

RAFAEL BEDA GUALDA

CONTRATADA

Testemunhas:

1)

2)

Processo SEI: 19.16.3720.0000931/2019-55

Documento SEI: 0036568

Avenida Álvares Cabral, 1740 - Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte/ MG - CEP 30170008



T.A. N.º 048/2021

CONTRATO N.º 025/2019 (SEI n.º 19.16.3720.0000931/2019-55)

CT. SIAD N.º 9215181

DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FEPDC, E A EMPRESA PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA EIRELI, NA FORMA AJUSTADA.

CONTRATANTE: Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da **Procuradoria-Geral de Justiça**, com sede na Av. Álvares Cabral, n.º 1.690, CEP: 30.170-008, bairro Santo Agostinho, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.971.057/0001-45, neste ato representado pelo **Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo, Márcio Gomes de Souza**, com interveniência do **Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – FEPDC**, neste ato representado pela Presidente do Grupo Coordenador do FEPDC, **Thaís de Oliveira Leite**.

CONTRATADA: **Plansul Planejamento e Consultoria Eireli**, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.533.312/0001-58, com sede na Rua Joaquim Costa, n.º 270, bairro Agrônômica, CEP: 88.025-400, em Florianópolis/SC, neste ato representada por **Rafael Beda Gualda**, CPF n.º 932.194.409-59, RG n.º 2878326 SSP/SC.

As partes acima qualificadas celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, da Lei Federal n.º 10.520/02, da Lei Estadual n.º 14.167/02, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 44.786/08, e também pelos Decretos Estaduais n.ºs 45.902/12 e 47.524/18, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital do Processo Licitatório SIAD n.º 1091040 13/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

Constitui objeto do presente Termo Aditivo ao Contrato inicial, cujo objeto consiste na “prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos”, a prorrogação de sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da prorrogação

Prorroga-se o Contrato inicial por mais 12 (doze) meses, a partir de **01/05/2021 até 30/04/2022**, inclusive.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da recomposição e do reajuste

Fica resguardado o direito de a Contratada pleitear o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, referente aos itens previstos nas alíneas da Cláusula Décima Primeira – Da Recomposição e do Reajuste, conforme descrito abaixo:

- alíneas “a” e “c” - Data base da categoria profissional e ticket-alimentação, respectivamente, retroativa a janeiro/2021, quando a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria for homologada;
- alínea “b” - Tarifa do transporte coletivo dos municípios de Belo Horizonte e Contagem;
- alíneas “d” e “e” - a partir de 01/05/2021, referentes aos valores de seguro de vida em grupo, uniformes/EPIs, máquinas/equipamentos, materiais de consumo e produtos de limpeza e dos Custos Indiretos, respectivamente;
- alínea “h” - demais reajustes e as revisões contratuais.

CLÁUSULA QUARTA – Do valor global e da dotação orçamentária

Em função da nova vigência, o valor global estimado do Contrato inicial, **para o período de 01/05/2021 a 30/04/2022**, passa a ser de **R\$ 69.253.574,93 (sessenta e nove milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e três centavos)**, sendo R\$ 55.338.601,66 (cinquenta e cinco milhões, trezentos e trinta e oito mil seiscentos e um reais e sessenta e seis centavos) referentes à categoria “Apoio e Motoristas”, à conta da dotação orçamentária n.º 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.37-02 Fonte 10.1; R\$ 12.552.157,18 (doze milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, cento e cinquenta e sete reais e dezoito centavos) referentes à categoria “Conservação e Limpeza”, à conta da dotação orçamentária n.º 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.37-01 Fonte 10.1 e R\$ 1.362.816,10 (um milhão, trezentos e sessenta e dois mil, oitocentos e dezesseis reais e dez centavos) referentes à categoria “Motoristas (FEPDC)”, à conta da dotação orçamentária n.º 4451.03.061.738.4.256.0001.3.3.90.37-02 Fonte 60.1, com os respectivos valores reservados, e suas equivalentes nos exercícios seguintes quando for o caso.

CLÁUSULA QUINTA – Da validade da garantia de execução contratual

Em virtude da prorrogação contratual, a Contratada deverá adequar a validade do seguro-garantia à nova vigência contratual.

CLÁUSULA SEXTA – Da rescisão antecipada

A **Contratante** poderá rescindir antecipadamente este Contrato, sem incidência de multa e indenização, mediante comunicação prévia à **Contratada**, em virtude da entrada em vigência de contrato decorrente de Processo Licitatório que contemple o presente objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência

O presente Termo Aditivo iniciará sua vigência a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – Da publicação

Este Instrumento será publicado pela Contratante no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – Da continuidade contratual

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as cláusulas e condições do Contrato inicial e seus Aditivos naquilo em que não conflitem com este Instrumento.

MÁRCIO GOMES DE SOUZA
Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo
CONTRATANTE

THAÍS DE OLIVEIRA LEITE
Presidente do Grupo Coordenador do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor
(FEPDC)
CONTRATANTE

RAFAEL BEDA GUALDA
CONTRATADA

Testemunhas:

1)

2)



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Beda Gualda, Usuário Externo**, em 15/04/2021, às 15:17, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO GOMES DE SOUZA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA ADJUNTO ADMINISTRATIVO**, em 15/04/2021, às 19:07, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **THAIS DE OLIVEIRA LEITE, PRESIDENTE DO FEPDC**, em 16/04/2021, às 10:41, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA FERREIRA FIALHO, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 16/04/2021, às 10:46, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA MARIA DO PINHO OLIVEIRA BRAGA, OFICIAL DO MINIST. PUBLICO - QP**, em 16/04/2021, às 12:07, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **1040644** e o código CRC **82F05923**.



Processo SEI: 19.16.3898.0022303/2021-07 / Documento SEI: 1040644

Gerado por: PGJMG/PGJAA/DG/SGA/DGCT

AVENIDA ALVARES CABRAL, 1740 - Bairro SANTO AGOSTINHO - Belo Horizonte/ MG - CEP 30170008

Comarca	Função	Classificação	Vagas contratadas	Custo Total Mensal
Abaete	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$ 3.769,23
Abre Campo	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$ 3.761,18
Aimores	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$ 3.072,03
Aiuruoca	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$ 2.878,94
Alfenas	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$ 5.234,90
Almenara	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$ 3.646,96
Alpinópolis	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$ 2.846,50
Alvinópolis	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$ 2.989,23
Araguari	Contínuo - 220 h	Apoio	2	R\$ 5.497,41
Araguari	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$ 5.164,32
Araxa	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$ 7.317,27
Araxa	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$ 4.013,54
Araxa	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$ 5.497,91
Arcos	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$ 5.275,03
Areão	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$ 2.912,13
Arinos	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$ 3.002,01
Arinos	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$ 3.761,18
Barão de Cocais	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$ 3.101,30
Barão de Cocais	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$ 5.683,48
Barbacena	Motorista - 220 h	Apoio	2	R\$ 14.806,22
Barbacena	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$ 4.076,93
Belo Horizonte	Almoxarife - 220 h	Apoio	12	R\$ 52.634,54
Belo Horizonte	Ascensorista - 150 h	Apoio	2	R\$ 7.214,81
Belo Horizonte	Auxiliar de Arquivo I - 220 h	Apoio	25	R\$ 115.031,74
Belo Horizonte	Auxiliar de Arquivo II - 150 h	Apoio	3	R\$ 19.560,93
Belo Horizonte	Auxiliar de Cadastro e Expedição - 220 h	Apoio	37	R\$ 170.039,85
Belo Horizonte	Auxiliar de Manutenção Predial - 220 h	Apoio	13	R\$ 60.184,39
Belo Horizonte	Bombeiro Hidráulico - 220 h	Apoio	4	R\$ 27.426,25
Belo Horizonte	Carregador - 220 h	Apoio	15	R\$ 52.099,74
Belo Horizonte	Contínuo - 220 h	Apoio	43	R\$ 149.039,61
Belo Horizonte	Copeiro - 220 h	Apoio	13	R\$ 45.215,50
Belo Horizonte	Cozinheiro - 220 h	Apoio	1	R\$ 6.373,28
Belo Horizonte	Digitador - 150 h	Apoio	13	R\$ 46.562,60
Belo Horizonte	Eletricista - 220 h	Apoio	12	R\$ 96.345,52
Belo Horizonte	Fotógrafo - 150 h	Apoio	2	R\$ 10.998,84
Belo Horizonte	Garçom - 220 h	Apoio	12	R\$ 76.645,20
Belo Horizonte	Jardineiro - 220 h	Apoio	2	R\$ 9.776,89
Belo Horizonte	Lavador de Veículos - 220 h	Apoio	2	R\$ 7.856,57
Belo Horizonte	Manobrista - 220 h	Apoio	6	R\$ 27.802,51
Belo Horizonte	Marceneiro - 220 h	Apoio	8	R\$ 54.426,08
Belo Horizonte	Motorista - 220 h	Apoio	68	R\$ 520.716,45
Belo Horizonte	Motorista - 220 h	Apoio	7	R\$ 53.603,16
Belo Horizonte	Operador de Máquina Reprográfica - 220 h	Apoio	3	R\$ 10.733,96
Belo Horizonte	Pedreiro - 220 h	Apoio	2	R\$ 12.727,59
Belo Horizonte	Pintor - 220 h	Apoio	4	R\$ 27.223,90
Belo Horizonte	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	16	R\$ 70.146,65
Belo Horizonte	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	18	R\$ 91.067,68
Belo Horizonte	Porteiro - 220 h	Apoio	4	R\$ 17.726,82
Belo Horizonte	Recepcionista - 150 h	Apoio	5	R\$ 22.184,07
Belo Horizonte	Recepcionista - 220 h	Apoio	129	R\$ 770.531,04
Belo Horizonte	Supervisor de Manutenção de Veículos I - 220 h	Apoio	2	R\$ 14.898,36
Belo Horizonte	Supervisor de Manutenção de Veículos II - 220 h	Apoio	2	R\$ 16.472,37
Belo Horizonte	Técnico de Oper. de Equip. de áudio e vídeo - 150 h	Apoio	8	R\$ 46.718,95
Belo Horizonte	Técnico de Manutenção Eletrônica I - 220 h	Apoio	1	R\$ 6.659,81
Belo Horizonte	Técnico de Manutenção Eletrônica II - 220 h	Apoio	28	R\$ 287.492,55
Belo Horizonte	Técnico de Manutenção Eletrônica III - 150 h	Apoio	25	R\$ 122.111,91
Belo Horizonte	Técnico de Manutenção Eletrônica IV - 220 h	Apoio	18	R\$ 217.891,06
Belo Horizonte	Telefonista - 150 h	Apoio	5	R\$ 22.492,35
Betim	Contínuo - 220 h	Apoio	2	R\$ 6.309,09
Betim	Motorista - 220 h	Apoio	2	R\$ 14.857,30
Betim	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$ 4.111,92
Betim	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$ 5.627,02
Boa Esperança	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$ 2.878,94
Bom Despacho	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$ 3.002,01
Bom Sucesso	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$ 2.878,94

Brumadinho	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.705,76
Burit	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.968,19
Caete	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.075,40
Caete	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	4.024,06
Caldas	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.234,90
Campo Belo	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	3.857,92
Campos Altos	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.748,70
Campos Gerais	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.878,94
Canapolis	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.812,81
Canapolis	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	3.814,63
Candeias	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.565,73
Carangola	Contínuo - 220 h	Apoio	2	R\$	6.204,72
Caratinga	Contínuo - 220 h	Apoio	2	R\$	6.063,28
Caratinga	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.400,67
Carmo do Paranaíba	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.748,70
Carmo do Rio Claro	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	3.814,45
Caxambu	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	4.024,06
Congonhas	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.997,48
Congonhas	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	2	R\$	8.611,61
Congonhas	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.748,09
Conselheiro Lafaiete	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.445,78
Conselheiro Lafaiete	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	2	R\$	7.496,76
Conselheiro Lafaiete	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	2	R\$	8.724,33
Conselheiro Lafaiete	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.576,09
Conselheiro Pena	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.761,18
Contagem	Contínuo - 220 h	Apoio	5	R\$	15.628,93
Contagem	Copeiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.137,59
Contagem	Motorista - 220 h	Apoio	3	R\$	22.201,99
Contagem	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.400,66
Contagem	Recepcionista - 220 h	Apoio	3	R\$	16.727,15
Coracao de Jesus	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.748,39
Coronel Fabriciano	Contínuo - 220 h	Apoio	2	R\$	6.204,70
Diamantina	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.573,28
Diamantina	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	2	R\$	7.670,79
Diamantina	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	0	R\$	-
Diamantina	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.684,42
Divinópolis	Motorista - 220 h	Apoio	2	R\$	14.634,56
Divinópolis	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.317,28
Divinópolis	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	3.854,59
Divinópolis	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.275,03
Esmeraldas	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.040,75
Espera Feliz	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.031,65
Espinosa	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.989,23
Formiga	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	3.814,45
Governador Valadares	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.059,37
Governador Valadares	Motorista - 220 h	Apoio	3	R\$	22.719,83
Governador Valadares	Porteiro - 220 h	Apoio	3	R\$	11.952,61
Governador Valadares	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	2	R\$	8.850,94
Governador Valadares	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.459,58
Ibá	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.436,96
Ibirité	Contínuo - 220 h	Apoio	2	R\$	6.181,13
Ibirité	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	2	R\$	7.955,32
Ibirité	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	2	R\$	9.259,97
Ipatinga	Contínuo - 220 h	Apoio	3	R\$	9.315,10
Ipatinga	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.400,67
Ipatinga	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	4.053,68
Ipatinga	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.554,96
Itabira	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.105,03
Itabira	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	2	R\$	8.004,47
Itabira	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	2	R\$	9.324,00
Itabira	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	4.053,68
Itajuba	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.606,93
Itambacuri	Digitador - 150 h	Apoio	1	R\$	3.244,06
Itamogi	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.846,50
Itauna	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.718,80
Itauna	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.463,08
Ituiutaba	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.485,98
Ituiutaba	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.516,20
Iturama	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.748,70
Jaíba	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.989,23
Janaúba	Contínuo - 220 h	Apoio	2	R\$	6.133,20

Janauba	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.834,52
Januaria	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.790,82
Juiz de Fora	Contínuo - 220 h	Apoio	4	R\$	11.865,35
Juiz de Fora	Motorista - 220 h	Apoio	2	R\$	14.595,21
Juiz de Fora	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.297,60
Lagoa da Prata	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.605,86
Lagoa Santa	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.125,79
Lavras	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.988,73
Lavras	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.270,13
Lavras	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.733,12
Lavras	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.460,69
Lavras	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	3.990,55
Machado	Digitador - 150 h	Apoio	1	R\$	3.244,06
Machado	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.606,36
Manga	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.955,54
Manga	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	2	R\$	7.327,82
Manga	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	2	R\$	8.527,73
Manhuacu	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.031,65
Manhuacu	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.790,82
Manhumirim	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.955,54
Mantena	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.002,01
Mariana	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.031,64
Mariana	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.554,96
Martinho Campos	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.946,09
Mateus Leme	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.125,79
Matozinhos	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	4.028,53
Mercês	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.031,65
Mirai	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.790,82
Monte Azul	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.989,23
Montes Claros	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.105,05
Montes Claros	Motorista - 220 h	Apoio	4	R\$	29.443,75
Montes Claros	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	2	R\$	8.004,49
Montes Claros	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	2	R\$	9.324,02
Muzambinho	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.002,01
Nova Lima	Digitador - 150 h	Apoio	1	R\$	3.244,06
Nova Lima	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.360,94
Nova Lima	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	2	R\$	8.045,98
Nova Lima	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	2	R\$	9.365,50
Nova Lima	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	4.074,44
Nova Ponte	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.164,32
Nova Serrana	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.919,53
Nova Serrana	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.335,14
Novo Cruzeiro	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.878,94
Oliveira	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.335,14
Ouro Preto	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.879,22
Paracatu	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.985,00
Passos	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.878,94
Passos	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.400,66
Passos	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.400,66
Passos	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.606,36
Passos	Recepcionista - 220 h	Apoio	2	R\$	10.589,10
Patos de Minas	Motorista - 220 h	Apoio	2	R\$	14.555,97
Patos de Minas	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	2	R\$	7.611,82
Pedro Leopoldo	Contínuo - 220 h	Apoio	2	R\$	5.936,37
Pedro Leopoldo	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.463,08
Pirapora	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.031,65
Pirapora	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.554,98
Pitangui	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	3.814,45
Pocos de Caldas	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.573,28
Pocos de Caldas	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.573,28
Ponte Nova	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	2	R\$	8.624,91
Ponte Nova	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.748,39
Pouso Alegre	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.259,53
Pouso Alegre	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.259,53
Pouso Alegre	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.606,93
Pouso Alegre	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.276,10
Ribeirao das Neves	Contínuo - 220 h	Apoio	4	R\$	12.794,76
Ribeirao das Neves	Motorista - 220 h	Apoio	2	R\$	14.799,23
Ribeirao das Neves	Recepcionista - 220 h	Apoio	2	R\$	11.411,52
Ribeirao das Neves	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	4.169,47
Sabara	Contínuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.090,57

Sabara	Recepcionista - 150 h	Apoio	0	R\$	-
Sabara	Recepcionista - 220 h	Apoio	2	R\$	11.025,78
Salinas	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.834,52
Santa Barbara	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.996,47
Santa Luzia	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.090,57
Santa Luzia	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.149,49
Santa Luzia	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	4.028,53
Santa Rita de Caldas	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.878,94
Santo Antonio do Monte	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.646,96
Santos Dumont	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.031,65
Sao Francisco	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.791,60
Sao Gotardo	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.717,73
Sao Joao da Ponte	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.769,87
Sao Joao del Rei	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.997,49
Sao Joao del Rei	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.317,28
Sao Joao del Rei	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	2	R\$	7.411,72
Sao Joao del Rei	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	2	R\$	8.611,63
Sao Joao del Rei	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.492,38
Sao Lourenco	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	2	R\$	7.398,63
Sao Lourenco	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	2	R\$	8.302,61
Sao Sebastiao do Paraiso	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.878,94
Sao Sebastiao do Paraiso	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.606,36
Sete Lagoas	Continuo - 220 h	Apoio	4	R\$	12.420,13
Sete Lagoas	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.400,66
Sete Lagoas	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	2	R\$	8.004,47
Sete Lagoas	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	2	R\$	9.324,00
Silvianopolis	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.846,50
Tarumirim	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.989,23
Teofilo Otoni	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.277,99
Teofilo Otoni	Motorista - 220 h	Apoio	3	R\$	21.833,96
Teofilo Otoni	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	4	R\$	15.223,63
Teofilo Otoni	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	4	R\$	17.105,04
Timoteo	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.031,64
Tombos	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.031,65
Tombos	Porteiro - 220 h	Apoio	0	R\$	-
Tres Marias	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.031,54
Tres Pontas	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.862,63
Tupaciguara	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.717,73
Uba	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.400,66
Uba	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.795,06
Uberaba	Digitador - 150 h	Apoio	9	R\$	29.196,52
Uberaba	Motorista - 220 h	Apoio	4	R\$	29.602,66
Uberaba	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.893,74
Uberaba	Recepcionista - 220 h	Apoio	1	R\$	5.335,14
Uberlandia	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	2.787,17
Uberlandia	Digitador - 150 h	Apoio	2	R\$	6.415,01
Uberlandia	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.277,99
Uberlandia	Motorista - 220 h	Apoio	5	R\$	36.389,93
Uberlandia	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.680,96
Uberlandia	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	3.685,69
Uberlandia	Recepcionista - 220 h	Apoio	3	R\$	15.318,39
Uberlandia	Telefonista - 150 h	Apoio	1	R\$	4.093,25
Vazante	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.072,03
Vespasiano	Motorista - 220 h	Apoio	1	R\$	7.149,49
Vespasiano	Porteiro - 12 x 36 - Diurno	Apoio	2	R\$	7.531,55
Vespasiano	Porteiro - 12 x 36 - Noturno	Apoio	2	R\$	8.472,25
Vespasiano	Recepcionista - 150 h	Apoio	1	R\$	3.814,45
Vicosa	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.031,64
Vicosa	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.790,81
Visconde do Rio Branco	Continuo - 220 h	Apoio	1	R\$	3.035,89
Visconde do Rio Branco	Porteiro - 220 h	Apoio	1	R\$	3.795,06
TOTAL MENSAL			892	R\$	4.789.929,10
TOTAL ANUAL				R\$	57.479.149,16
TOTAL GLOBAL				R\$	114.958.298,31

Comarca	Função	Classificação	Vagas contratadas	Custo Total Mensal
Abaete	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.509,80
Abaete	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$ 2.232,01
Abre Campo	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$ 2.190,24
Aguas Formosas	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$ 3.652,35
Aimores	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.523,61
Aiuruoca	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$ 2.138,25
Alfenas	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	2	R\$ 7.304,69
Almenara	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$ 3.693,89
Alpinópolis	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.420,41
Alvinópolis	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.510,52
Andradas	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$ 2.188,12
Andrelandia	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.436,60
Aracuai	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$ 2.215,20
Araguari	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	2	R\$ 6.877,74
Araxa	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	2	R\$ 7.527,26
Arcos	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.460,55
Arinos	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.488,88
Baependi	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.436,60
Barao de Cocais	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.552,88
Barao de Cocais	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$ 2.296,14
Barbacena	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	2	R\$ 7.407,90
Belo Horizonte	Encarregado da Limpeza - 220 h	Limpeza	2	R\$ 10.485,33
Belo Horizonte	Limpador de vidros - 220 h	Limpeza	4	R\$ 14.379,68
Belo Horizonte	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.758,73
Belo Horizonte	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	6	R\$ 15.128,43
Belo Horizonte	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$ 3.109,70
Belo Horizonte	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	77	R\$ 313.772,19
Betim	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$ 2.324,72
Betim	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	3	R\$ 11.570,52
Bicas	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.501,41
Boa Esperanca	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$ 2.162,90
Bocaiuva	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.553,94
Bocaiuva	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$ 2.297,20
Brasilia de Minas	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.476,09
Brazopolis	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.472,10
Brumadinho	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.594,57
Brumadinho	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	0	R\$ -
Brumadinho	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$ 3.910,81
Bueno Brandao	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.506,04
Burititis	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.472,10
Cachoeira de Minas	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.488,88
Caete	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$ 3.771,29
Caldas	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.436,60
Cambui	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.488,88
Campo Belo	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$ 2.138,25
Campo Belo	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$ 3.569,10
Canapolis	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.336,84
Candeias	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$ 2.650,79
Capelinha	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.477,19
Carangola	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$ 3.811,94
Caratinga	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$ 3.725,04
Carlos Chagas	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.470,11
Carmo do Paranaiba	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$ 3.438,87
Carmo do Rio Claro	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.420,41
Carmo do Rio Claro	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$ 2.114,15
Carmopolis de Minas	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$ 1.523,61
Cassia	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$ 3.695,41

Cataguases	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.522,76
Cataguases	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	2	R\$	4.498,17
Caxambu	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.488,88
Caxambu	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.215,20
Claudio	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.488,88
Conceicao das Alagoas	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.420,41
Congonhas	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.811,92
Conquista	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.336,84
Conselheiro Lafaiete	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.202,42
Conselheiro Lafaiete	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.682,63
Conselheiro Pena	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.488,88
Contagem	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	5	R\$	18.893,08
Coracao de Jesus	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.510,52
Corinto	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.510,52
Coromandel	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.336,84
Coronel Fabriciano	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.811,92
Cruzilia	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.436,60
Curvelo	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.501,30
Curvelo	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.219,44
Diamantina	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.724,94
Divinopolis	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.495,35
Divinopolis	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$	2.771,27
Divinopolis	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	2	R\$	7.364,62
Dores do Indaia	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.420,41
Ervalia	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.476,09
Esmeraldas	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.490,86
Esmeraldas	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.227,76
Formiga	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.114,15
Formiga	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.528,89
Francisco Sa	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.459,46
Frutal	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.460,55
Governador Valadares	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.266,74
Governador Valadares	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	7	R\$	26.376,47
Grao Mogol	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.459,46
Guanhaes	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.510,52
Guaxupe	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$	2.760,40
Ibia	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.291,65
Ibiraci	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.488,88
Ibirité	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.865,73
Igarape	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.227,76
Inhapim	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.297,19
Ipanema	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.523,61
Ipatinga	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	0	R\$	-
Ipatinga	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$	2.857,66
Ipatinga	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.800,92
Itabira	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$	2.857,66
Itabirito	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.695,41
Itaguara	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.523,61
Itajuba	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.155,36
Itajuba	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	2	R\$	7.140,18
Itamarandiba	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.523,61
Itambacuri	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.477,19
Itamonte	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.436,60
Itapagipe	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.336,84
Itapacerica	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.436,60
Itauna	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	2	R\$	7.307,55
Ituiutaba	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.031,16
Ituiutaba	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$	2.580,17
Iturama	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.008,01
Jacinto	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.488,88
Janauba	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.767,99
Januaria	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.725,05
Jequitinhonha	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.511,65

Joao Monlevade	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.573,34
Joao Pinheiro	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.695,41
Juiz de Fora	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	3	R\$	6.351,97
Juiz de Fora	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	3	R\$	10.775,25
Lagoa da Prata	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.477,19
Lagoa da Prata	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$	2.721,59
Lambari	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.436,60
Lavras	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.478,28
Lavras	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.610,78
Luz	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.436,60
Machado	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.188,12
Malacacheta	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.436,60
Manga	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.682,63
Manhuacu	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.244,85
Mantena	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.488,88
Martinho Campos	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.470,11
Mateus Leme	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.303,53
Matias Barbosa	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.501,41
Matozinhos	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.778,62
Minas Novas	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.488,88
Miradouro	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.553,94
Mirai	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.518,52
Monte Azul	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.476,09
Monte Carmelo	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.008,01
Montes Claros	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	5	R\$	19.004,68
Muriae	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.249,08
Muriae	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$	2.810,00
Muriae	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.729,29
Nova Lima	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	2	R\$	7.643,35
Nova Ponte	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.478,51
Nova Serrana	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.477,19
Nova Serrana	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$	2.721,60
Novo Cruzeiro	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.470,11
Oliveira	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.178,84
Ouro Fino	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.470,11
Ouro Preto	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.811,92
Para de Minas	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.240,74
Paracatu	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	2	R\$	2.944,21
Paraguacu	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.138,25
Passos	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	0	R\$	-
Passos	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$	2.681,00
Passos	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.569,10
Patos de Minas	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.154,29
Patos de Minas	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.569,02
Pedra Azul	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.470,11
Pedro Leopoldo	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.728,80
Perdizes	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.306,37
Pirapora	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.553,94
Pirapora	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$	2.871,21
Pitangui	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.420,41
Piumhi	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.470,11
Poco Fundo	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.436,60
Pocos de Caldas	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.768,52
Ponte Nova	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	2	R\$	7.365,25
Porteirinha	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.253,79
Pouso Alegre	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	3	R\$	10.710,28
Prata	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.306,37
Raul Soares	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.476,09
Resplendor	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.523,61

Ribeirao das Neves	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.357,25
Ribeirao das Neves	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.910,81
Rio Pomba	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.518,52
Sabara	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.277,57
Sabara	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$	2.845,98
Sabinopolis	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.523,61
Sacramento	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.138,25
Salinas	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.518,52
Santa Barbara	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.243,81
Santa Luzia	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	2	R\$	7.821,62
Santa Rita do Sapucaí	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.436,60
Santa Vitoria	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.321,43
Santo Antonio do Monte	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.609,69
Sao Francisco	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.641,13
Sao Goncalo do Sapucaí	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.420,41
Sao Gotardo	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	1.985,39
Sao Gotardo	Servente de Limpeza - 150 h	Limpeza	1	R\$	2.522,03
Sao Joao da Ponte	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.510,52
Sao Joao del Rei	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	2	R\$	7.623,87
Sao Lourenco	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.216,23
Sao Lourenco	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.683,39
Sao Romao	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.476,09
Sao Sebastiao do Paraíso	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	3	R\$	10.707,31
Sete Lagoas	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	3	R\$	11.402,77
Teofilo Otoni	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	3	R\$	11.046,92
Timoteo	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.518,51
Tombos	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.518,52
Tres Coracoes	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	0	R\$	-
Tres Coracoes	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.610,78
Tres Pontas	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.548,88
Tupaciguara	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	1.985,39
Uba	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.729,29
Uberaba	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.215,15
Uberaba	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	4	R\$	14.729,23
Uberlandia	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	8	R\$	28.091,85
Unai	Servente de Limpeza - 110 h	Limpeza	1	R\$	2.240,74
Varginha	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	2	R\$	2.956,55
Varginha	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.610,78
Varzea da Palma	Servente de Limpeza - 55 h	Limpeza	1	R\$	1.510,52
Vespasiano	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.641,72
Vicosa	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	1	R\$	3.725,04
Visconde do Rio Branco	Servente de Limpeza - 220 h	Limpeza	2	R\$	7.458,59
TOTAL			355	R\$	1.043.290,72
TOTA ANUAL					12.519.488,59
TOTA GLOBAL					25.038.977,18

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO (ESTRUTURA OPERACIONAL E EQUIPE
TÉCNICA)**

Processo Licitatório nº 122/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa **Plansul Planejamento e Consultoria Eireli – CNPJ nº 78.533.312/0001-58 -Rua Joaquim Costa, 270 – Agronômica – Florianópolis/SC – 88025-400**, licitante participante do processo licitatório supracitado, compromete-se, caso seja a vencedora da licitação, a disponibilizar estrutura operacional (pessoal, equipamento, ferramenta e material) adequada ao perfeito cumprimento do seu objeto, até a conclusão dos serviços.

Compromete-se, ainda, a disponibilizar equipe técnica para a execução dos serviços, constituída por profissionais com as habilitações mínimas exigidas neste Edital, a serem comprovadas após a assinatura do contrato e, a qualquer tempo, durante sua execução.

Atenciosamente,

Florianópolis/SC, 19 de julho de 2021.

PLANSUL
PLANEJAMENTO
E CONSULTORIA
EIRELI:78533312
000158

Assinado de forma
digital por PLANSUL
PLANEJAMENTO E
CONSULTORIA
EIRELI:78533312000158
Dados: 2021.07.15
16:01:26 -03'00'

Rafael Beda Gualda
Superintendente
RG nº 2.678.326
CPF nº 932.194.409-59

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO V – DECLARAÇÃO (NÃO EMPREGA MENOR)

Processo Licitatório nº 122/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa **Plansul Planejamento e Consultoria Eireli.**, inscrita no CNPJ nº **78.533.312/0001-58**, por intermédio de seu representante legal, **Rafael Beda Gualda**, portador da Carteira de Identidade nº **2.678.326** e do CPF nº **932.194.409-59**, DECLARA, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(x) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Florianópolis/SC, 19 de julho de 2021.

PLANSUL
PLANEJAMENTO
E CONSULTORIA
EIRELI:78533312
000158

Assinado de forma
digital por PLANSUL
PLANEJAMENTO E
CONSULTORIA
EIRELI:78533312000158
Dados: 2021.07.15
16:01:45 -03'00'

Rafael Beda Gualda
Superintendente
RG nº 2.678.326
CPF nº 932.194.409-59

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV – DECLARAÇÃO (REGULARIDADE)

Processo Licitatório nº 122/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa **Plansul Planejamento e Consultoria Eireli.**, inscrita no CNPJ nº **78.533.312/0001-58**, por intermédio de seu representante legal, **Rafael Beda Gualda**, portador da Carteira de Identidade nº **2.678.326** e do CPF nº **932.194.409-59**, DECLARA, sob as penas da lei, que não está sob controle de grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, já participante desta licitação como controlador de outra empresa.

DECLARA ainda, em cumprimento ao disposto na Resolução 37/09 do Conselho Nacional do Ministério Público, alterada pela Resolução nº 172/17, que não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, inclusive no período compreendido entre os 6 (seis) meses anteriores à publicação deste Edital até a presente data.

Florianópolis/SC, 19 de julho de 2021.

PLANSUL
PLANEJAMENTO E
CONSULTORIA
EIRELI:785333120001-
58

Assinado de forma digital por
PLANSUL PLANEJAMENTO E
CONSULTORIA
EIRELI:78533312000158
Dados: 2021.07.15 16:01:53
-03'00'

Rafael Beda Gualda
Superintendente
RG nº 2.678.326
CPF nº 932.194.409-59



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Plansul – Planejamento e Consultoria EIRELI., inscrita no CNPJ sob o n.º 78.533.312/0001-58, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Joaquim Costa, n.º 270, Agrônômica, Florianópolis, SC, aqui representada pelo seu Superintendente Sr. Rafael Beda Gualda, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis, SC.

OUTORGADOS: LEOLITO FRANCISCO DE SOUZA JUNIOR, CPF 844.318.736-00 e/ou, GLEISON VENTURA, CPF 013.542.406-26 e/ou, KAIO ANDRE MENDE, CPF 077.372936-47, todos brasileiros empregados da outorgante, residentes e domiciliados em Belo Horizonte, MG.

OBJETO: representar, EM CONJUTNO OU SEPARADAMENTE, a outorgante perante o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, na realização de vistoria do processo de pregão eletrônico 122/2021.

PODERES: realizar vistoria, podendo ainda assinar todos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandado.

Florianópolis, 07 de julho de 2021.

RAFAEL BEDA

GUALDA:93219440
959

Assinado de forma digital por RAFAEL
BEDA GUALDA:93219440959
Dados: 2021.07.07 17:28:44 -03'00'

Rafael Beda Gualda
Superintendente



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**APENSO XIV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
E DE COMPARECIMENTO**

Processo Licitatório nº 122/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Plansul Planejamento e Consultoria Eireli, inscrita no CNPJ nº 18.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Leolito Fco Souza Júnior (nome do representante), portador do documento de identidade nº m3.628.191 e do CPF nº 844.318.736-00 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 07/07/2021, vistoria técnica no(a) Ed. José Compomizzi Filho (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Av. Alvorada, 1740 (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 07 de Julho de 2021.

J. Souza
JUNIOR SOUZA
Supervisor Administrativo
PLANSUL RH
Nome e assinatura do representante legal da empresa

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico que o Sr(a) LEOLITO F. SOUZA JR. representante da empresa PLANSUL, compareceu a TORRE II (nome do setor), no dia 07/07/2021, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 122/2021.

BELO HORIZONTE, 07/07 /2021.

Elcio José dos Santos
Elcio José dos Santos
Analista do Ministério Público
MA-AP 2832-01
(Nome legível, assinatura e matrícula do servidor/membro
que recebeu o licitante)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**APENSO XIV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
E DE COMPARECIMENTO**

Processo Licitatório nº 122/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Plansul Planejamentos e Consultoria Eireli inscrita no CNPJ nº 18.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Leolito F.º Souza Júnior (nome do representante), portador do documento de identidade nº M-3.628.191 e do CPF nº 844.318.736-00 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 07/07/2021, vistoria técnica no(a) Ed. Carlos Ferreira Biondatti (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Rua Dias Arino, 367 (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 07 de Julho de 2021.

JUNIOR SOUZA
Supervisor Administrativo
PLANSUL BH

Nome e assinatura do representante legal da empresa

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico que o Sr.(a) LEOLITO F. SOUZA JR representante da empresa PLANSUL, compareceu a TORING III (nome do setor), no dia 07/07/2021, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 122/2021.

Belo Horizonte, 07 / 07 /2021.

Elcio José dos Santos
Analista do Ministério Público
M.A.M.P. 2898-01

Nome legível, assinatura e matrícula do servidor/membro
que recebeu o licitante)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**APENSO XIV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
E DE COMPARECIMENTO**

Processo Licitatório nº 122/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Plansul Planejamento e consultoria Eireli, inscrita no CNPJ nº 18.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Leidito F. Souza Junior (nome do representante), portador do documento de identidade nº M-3.628.191 e do CPF nº 844.318.736-00 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 07/07/2021, vistoria técnica no(a) Ed. Castellor Guimarães (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Av. Alvores Cabral, 1690 (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 07 de Julho de 2021.

JUNIOR SOUZA
Supervisor Administrativo
PLANSUL RH

Nome e assinatura do representante legal da empresa

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico que o Sr.(a) LEIDITO F. SOUZA JR, representante da empresa PLANSUL, compareceu a TORRE I (nome do setor), no dia 07/07/2021, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo

Licitatório nº 122/2021.
Belo Horizonte, 07/07/2021.

Élcio José dos Santos
Analista do Ministério Público
MAMP 2892-01

Nome legível, assinatura e matrícula do servidor/membro
que recebeu o licitante)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**APENSO XIV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
E DE COMPARECIMENTO**

Processo Licitatório nº 122/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI, inscrita no CNPJ nº 08.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Gleison Ventura (nome do representante), portador do documento de identidade nº 1410332295 e do CPF nº 013572406-26 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 08/10/2021, vistoria técnica no(a) Tracena Tavares Dias Nardi (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Av. Gonçalves Dias, 2039 Jardes (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 08 de Julho de 2021.

Gleison Ventura, ass. [assinatura]

Nome e assinatura do representante legal da empresa

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico que o Sr(a) Gleison Ventura, representante da empresa Plansul, compareceu a Tracena Tavares Dias (nome do setor), no dia 8/7/2021, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 122/2021.

BHle,, 8/7/2021.

(Nome legível, assinatura e matrícula do servidor/membro
que recebeu o licitante)

Rhilmer Reis Dias

14.04.2013



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**APENSO XIV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
E DE COMPARECIMENTO**

Processo Licitatório nº 122/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Plansul Planejamento e Consultoria Eireli, inscrita no CNPJ nº 18.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Leolito Fco Souza Júnior (nome do representante), portador do documento de identidade nº m-3.628.191 e do CPF nº 844.318.736-00 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 07/07/2021, vistoria técnica no(a) Prom Defensoria da Mulher (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Av. Alvorada Sabial, 1881 (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 07 de Julho de 2021.

[Assinatura] JUNIOR SOUZA
Supervisor Administrativo
PLANSUL BH
Nome e assinatura do representante legal da empresa

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico que o Sr.(a) Leolito F. Souza Jr, representante da empresa Plansul, compareceu a 18º PJ Defesa da Mulher (nome do setor), no dia 07/07/2021, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 122/2021.

Belo Horizonte, 07/07/2021.

[Assinatura]
(Nome legível, assinatura e matrícula do servidor/membro

que recebeu o licitante)
Fátima Cristina Póvoa da Costa
Oficial do Ministério Público - MAMP 5401



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**APENSO XIV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
E DE COMPARECIMENTO**

Processo Licitatório nº 122/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Plansul Planejamento e Consultoria Excl inscrita no CNPJ nº 18.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Leolito Fco Souza Junior (nome do representante), portador do documento de identidade nº m-3.628.191 e do CPF nº 844.318.736-00 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 07/07/2021, vistoria técnica no(a) 12º PJ Juizado Criminal (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Av. Augusto de Lima, 1549 4º andar (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 07 de Julho de 2021.

JUNIOR SOUZA
Supervisor Administrativo
PLANSUL BH

Nome e assinatura do representante legal da empresa

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico que o Sr.(a) LEOLITO FCO SOUZA JR representante da empresa PLANSUL, compareceu a 12ª PROMOTORIA (nome do setor), no dia 07/07/2021, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 122/2021.

BELO HORIZONTE, 07/07/2021.

João Carlos de Costa Filho
Juiz de Direito
Nº 4317

(Nome legível, assinatura e matrícula do servidor/membro
que recebeu o licitante)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**APENSO XIV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
E DE COMPARECIMENTO**

Processo Licitatório nº 122/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Plansul Planejamento e consultoria inscrita no CNPJ nº 18.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Kaio André Mendes (nome do representante), portador do documento de identidade nº MG12005311 e do CPF nº 077.372.936-44 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 08/07/2021, vistoria técnica no(a) MP. Montes Claros (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Av. Cel. Mangabeira, 345, Centro (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 08 de Julho de 2021.

Kaio Mendes
Supervisor Operacional

Nome e assinatura do representante legal da empresa

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico que o Sr.(a) Kaio André Mendes, representante da empresa Plansul Planj. Consult., compareceu a MP. Montes Claros (nome do setor), no dia 08/07/2021, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 122/2021.

Montes Claros 08/07 /2021.

Lutz César Rocha Santos
Oficial do Ministério Público
MAMP 2848

(Nome legível, assinatura e matrícula do servidor/membro
que recebeu o licitante)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**APENSO XIV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
E DE COMPARECIMENTO**

Processo Licitatório nº 122 /2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Plansul Planejamento e Consultoria, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Kaio Andre me-des (nome do representante), portador do documento de identidade nº MG12005317 e do CPF nº 044.372.956-47 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 14/10/2021, vistoria técnica no(a) MP-DIAMANTINA (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Rua Wacav Meio, 196-CENTRO (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 14 de Julho de 2021.

Kaio Mendes
Supervisor Operacional
PLANSUL BH

Nome e assinatura do representante legal da empresa

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico que o Sr(a) Kaio Andre me-des, representante da empresa Plansul Plans. consult compareceu a MP-DIAMANTINA (nome do setor), no dia 14/10/2021, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 122/2021.

DIAMANTINA/MB, 14/10/2021.

Raquel Barroso Queiroga
(Nome legível, assinatura e matrícula do servidor/membro
que recebeu o licitante)

Raquel Barroso Queiroga
Oficial do Ministério Público
MATR 0127



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**APENSO XIV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
E DE COMPARECIMENTO**

Processo Licitatório nº 122/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Plansul Planejamento e Consultoria inscrita no CNPJ nº 38.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Kaio Andre Mendes (nome do representante), portador do documento de identidade nº MG12005377 e do CPF nº 014.372.936-44 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 13/07/2021, vistoria técnica no(a) MP-JANUÁRIA (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) PRAÇA ARTHUR BERNARDES, 366, CA. TRU (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 13 de Julho de 2021.

Kaio Mendes
Supervisor Operacional
PLANSUL BH

Nome e assinatura do representante legal da empresa

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico que o Sr.(a) Kaio Andre Mendes, representante da empresa Plansul Planj. Consult., compareceu a MP-JANUÁRIA (nome do setor), no dia 13/07/2021, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 122/2021.

JANUÁRIA-MG, 13/07/2021.

GLAUBER COELHO CARVALHO

(Nome legível, assinatura e matrícula do servidor/membro
que recebeu o licitante)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**APENSO XIV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
E DE COMPARECIMENTO**

Processo Licitatório nº 122/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Plansul Planejamento e Consultoria inscrita no CNPJ nº 38.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Kaio André Mendes (nome do representante), portador do documento de identidade nº mg12005377 e do CPF nº 017.312.936-47 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 12/07/2021, vistoria técnica no(a) MP - MANGA (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Praça Cel. Bombem, 50, Centro (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 12 de Julho de 2021.

Kaio Mendes
servidor operacional
PLANSUL BH

Nome e assinatura do representante legal da empresa.

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico que o Sr.(a) Kaio André Mendes, representante da empresa Plansul Planj. Consult compareceu a MP - MANGA (nome do setor), no dia 12/07/2021, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 122/2021.

manga-mg, 12/07/2021.

Eustáquio Adailton Lima e Silva
Oficial do Ministério Público
MAMP 1994

(Nome legível, assinatura e matrícula do servidor/membro
que recebeu o licitante)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**APENSO XIV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
E DE COMPARECIMENTO**

Processo Licitatório nº 122 /2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Plansul Planejamento e Consultoria, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Kaio André Mendes (nome do representante), portador do documento de identidade nº M612005377 e do CPF nº 047.372.936-47 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 12/07/2021, vistoria técnica no(a) MP - JANAÍBA (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Av. Marechal Deodoro, 140, Centro (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 12 de Julho de 2021.

Kaio Mendes
Supervisor Operacional
PLANSUL BH

Nome e assinatura do representante legal da empresa

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico que o Sr(a) Kaio André Mendes representante da empresa Plansul Plan. Consult compareceu a MP - JANAÍBA (nome do setor), no dia 12/07/2021, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 122 /2021.

Janaíba - ME 12/07/2021.

Quixiane Evangelista de Sa
(Nome legível, assinatura e matrícula do servidor/membro
que recebeu o licitante)

Viviane Evangelista de Sa
Oficial do M. P.
MAMP: 651100



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**APENSO XIV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
E DE COMPARECIMENTO**

Processo Licitatório nº ____/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Plansul Planejamento e Consultoria, inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Kaio André Mendes (nome do representante), portador do documento de identidade nº mg12005377 e do CPF nº 077.372.936-44 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 07/07/2021, vistoria técnica no(a) MP-MINAS NOVAS (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Waldemar Cesar Santos, 172 (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 07 de Julho de 2021.

Kaio Mendes
Supervisor Operacional

Nome e assinatura do representante legal da empresa

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico que o Sr.(a) Kaio André Mendes, representante da empresa Plansul Planej. Consult. compareceu a MP-MINAS NOVAS (nome do setor), no dia 07/07/2021, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 122/2021.

MINAS NOVAS, 07/07/2021.

Marlene Ramos Pereira Silva
Marlene Ramos Pereira Silva
Oficiala do Ministério Público
RAM 2717

(Nome legível, assinatura e matrícula do servidor/membro
que recebeu o licitante)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**APENSO XIV - MODELOS DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA
E DE COMPARECIMENTO**

Processo Licitatório nº 122/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, motorista, manutenção predial, limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de equipamentos, dispensadores/suportes, materiais e insumos.

A empresa Plansul Planejamento e Consultoria inscrita no CNPJ nº 78.533.312/0001-58, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) Kaio André Mendes (nome do representante), portador do documento de identidade nº m612005377 e do CPF nº 077.372.93647 DECLARA, sob as penas da lei, que efetuou, no dia 12/07/2021, vistoria técnica no(a) MP. Espinosa (nome do setor), situado na (Rua, Av., Praça, etc.) Av. Dr. José Carlos, nº 1 (endereço) e que tomou pleno conhecimento da complexidade e dos elementos necessários à realização dos serviços.

Belo Horizonte, 12 de Julho de 2021.

Kaio Mendes
Supervisor Operacional
PLANSUL BH

Nome e assinatura do representante legal da empresa

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO

Certifico que o Sr.(a) Kaio André Mendes representante da empresa Plansul Planj. Consult compareceu a MP. Espinosa (nome do setor), no dia 12/07/2021, para realização de vistoria técnica, nos termos do Processo Licitatório nº 122/2021.

Espinosa - MG, 12/07/2021.

Lázaro Henrique Barbosa Mendes
Oficial do Ministério Público
MAMP 4155-00

(Nome legível, assinatura e matrícula do servidor/membro
que recebeu o licitante)